Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Perfil Socioeconômico de Pernambuco

1/2

Banco do Nordeste

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PERNAMBUCO

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE PERNAMBUCO

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015

Presidente:
Marcos Costa Holanda

Diretores:
Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente
Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação
Gerente
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Estudos e Pesquisas
Gerente
Luciano J. F. Ximenes

Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas
Gerente
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento
Gerente
José Rubens Dutra Mota

Célula de Políticas de Financiamento e Monitoramento
Gerente
Sâmia Araújo Frota

Coordenação Técnica:
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Equipe:
Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho
Normalização: Audrey Caroline Marcelo do Vale
Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho
Diagramação: Patrício de Moura

Colaboração:
Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei n“ 10.994, de 14 de dezembro de 2004

P438 Perfil socioeconômico de Pernambuco / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

192 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-249-0

1. Perfil socioeconômico – Pernambuco. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015** vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado de Pernambuco, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social de Pernambuco. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais de Pernambuco com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura, o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro resumo dos principais indicadores do Nordeste e Estados.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer

parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia pernambucana, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

	Prefácio	5
	Apresentação	7
1	Características territoriais	11
	Referências	21
2	Demografia e panorama social	23
	Referências	30
3	Desempenho da economia estadual	31
	Referências	37
4	Agricultura	39
	Referências	46
5	Pecuária	47
5.1	Avicultura	47
5.2	Bovinocultura	50
5.2.1	Bovinocultura leiteira	51
5.2.2	Bovinocultura de corte	51
5.3	Caprinos e ovinos	53
5.4	Apicultura	57
5.5	Considerações finais	59
	Referências	62
6	Indústria	65
6.1	Perfil da indústria de Pernambuco	66
6.2	Indústrias extrativas	72
6.3	Indústrias de transformação	75
6.4	Indústria da construção	79
6.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	80
6.6	Considerações finais	81
	Referências	82
7	Comércio e serviços	85
7.1	Comércio	88
7.2	Serviços	90

7.3	Considerações finais	92
	Referências	92
8	Fluxos do comércio interestadual	93
8.1	Compras de insumos intermediários	94
8.2	Vendas de insumos intermediários	99
8.3	Balanço das compras e vendas	104
8.4	Análise da agregação de valor	105
	Referências	108
9	Turismo	109
	Referências	116
10	Comércio exterior	117
	Referências	124
11	Infraestrutura	125
11.1	Infraestrutura de transportes	125
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	132
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	134
	Referências	137
12	Mercado de trabalho	139
12.1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua	139
12.2	Evolução do emprego formal – RAIS	143
	Referências	151
13	Intermediação financeira	153
	Referências	158
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste	159
	Referências	167
15	Considerações finais	169
	Apêndices	175

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima
Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

Thamiris Ferreira Pinto Paiva
Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

Pernambuco possui território de 98,1 mil km^2, ocupando a quinta maior dimensão espacial do Nordeste (1.554,3 mil km^2), correspondendo a 6,3% da área total dessa Região. Em relação ao Brasil, classifica-se em décimo nono lugar em extensão, respondendo por 1,2% da área do País (8.515,8 mil km^2). Localizado no centro-leste da Região Nordeste, limita-se ao norte, com os Estados da Paraíba e do Ceará; ao sul, com os Estados de Alagoas e da Bahia; a leste, com o Oceano Atlântico; e a oeste, com o Estado do Piauí. Também faz parte do território pernambucano, o arquipélago de Fernando de Noronha, a 500 km da costa (Mapa 1).

A regionalização federal de Pernambuco, em meso e microrregiões geográficas, obedece aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o processo de transformação do espaço nacional e da estrutura produtiva, o que resultou em uma divisão do Estado em cinco Mesorregiões, subdivididas em 19 Microrregiões geográficas, especificadas no Quadro 1 e Mapa 2, onde estão inseridos 185 unidades municipais e um distrito estadual, ou seja, o Arquipélago de Fernando de Noronha.

A mesorregião Metropolitana do Recife compreende quatro microrregiões e 15 municípios tendo uma área de 2,8 mil km^2, correspondendo a 2,8% do território pernambucano. A mesorregião da Mata Pernambucana abrange três microrregiões e 43 municípios, com uma área de 8,4 mil km^2 (8,6% do Estado). A mesorregião São Francisco Pernambucano possui duas microrregiões e 15 municípios em uma área de 24,5 mil km^2, representando 24,9% da área do Estado. O Agreste Pernambucano tem seis microrregiões e 71 municípios em um território de 24,5 mil km^2 (25,0% do Estado). O Sertão Pernambucano é a maior mesorregião do Estado, com

quatro microrregiões e 41 municípios distribuídos em 37,9 mil km², representado 38,7% do território.

Mapa 1 – Localização geográfica de Pernambuco

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

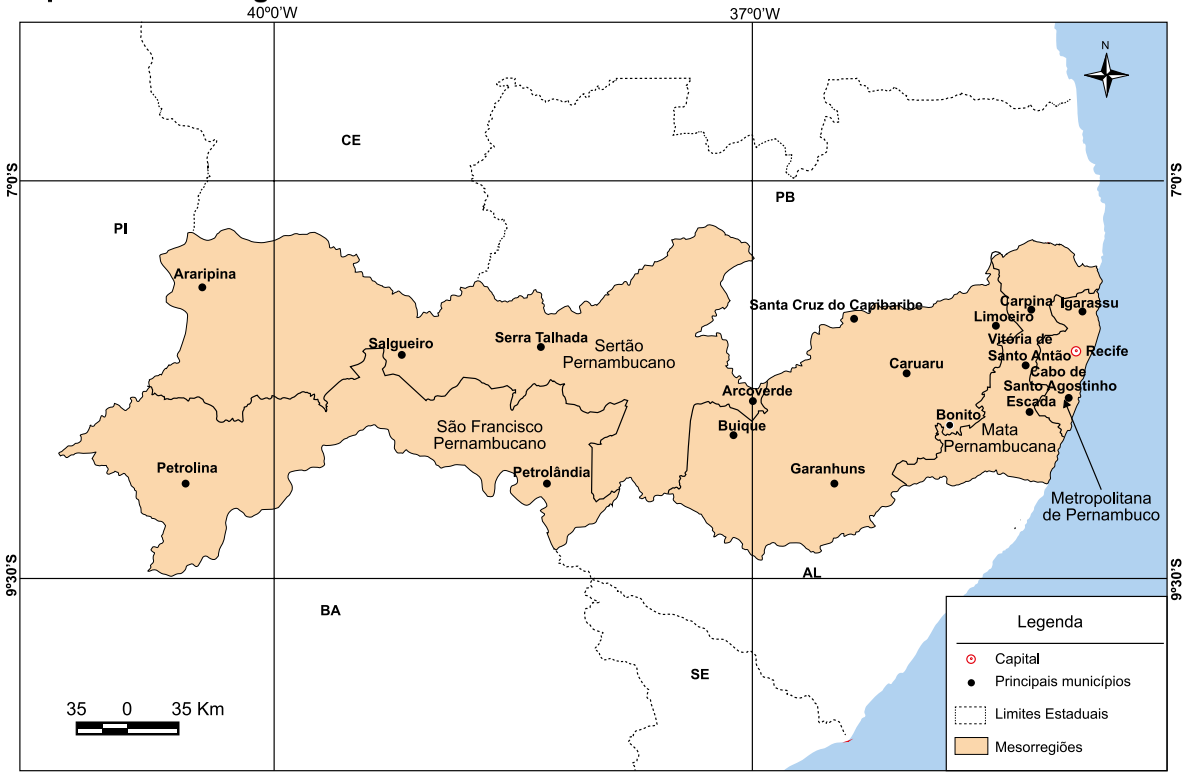
Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Pernambuco

Mesorregiões	Microrregiões
Metropolitana do Recife	Itamaracá, Recife, Suape e Fernando de Noronha.
Mata Pernambucana	Mata Setentrional, Vitória de Santo Antão e Mata Meridional.
Agreste Pernambuco	Vale do Ipanema, Garanhuns, Brejo Pernambucano, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe e Médio Capibaribe.
Sertão Pernambucano	Araripina, Salgueiro, Pajeú e Moxotó.
São Francisco Pernambucano	Petrolina e Itaparica.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabelecem o semiárido brasileiro para efeito de definição e implementação de políticas públicas. Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, índice de precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de Caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. Entre os Estados que contêm municípios nessa delimitação, Pernambuco possui área definida como semiárido de 86,0 mil km^2, que equivale a 87,6% da área total do Estado e 8,8% do total do semiárido (Mapa 3).

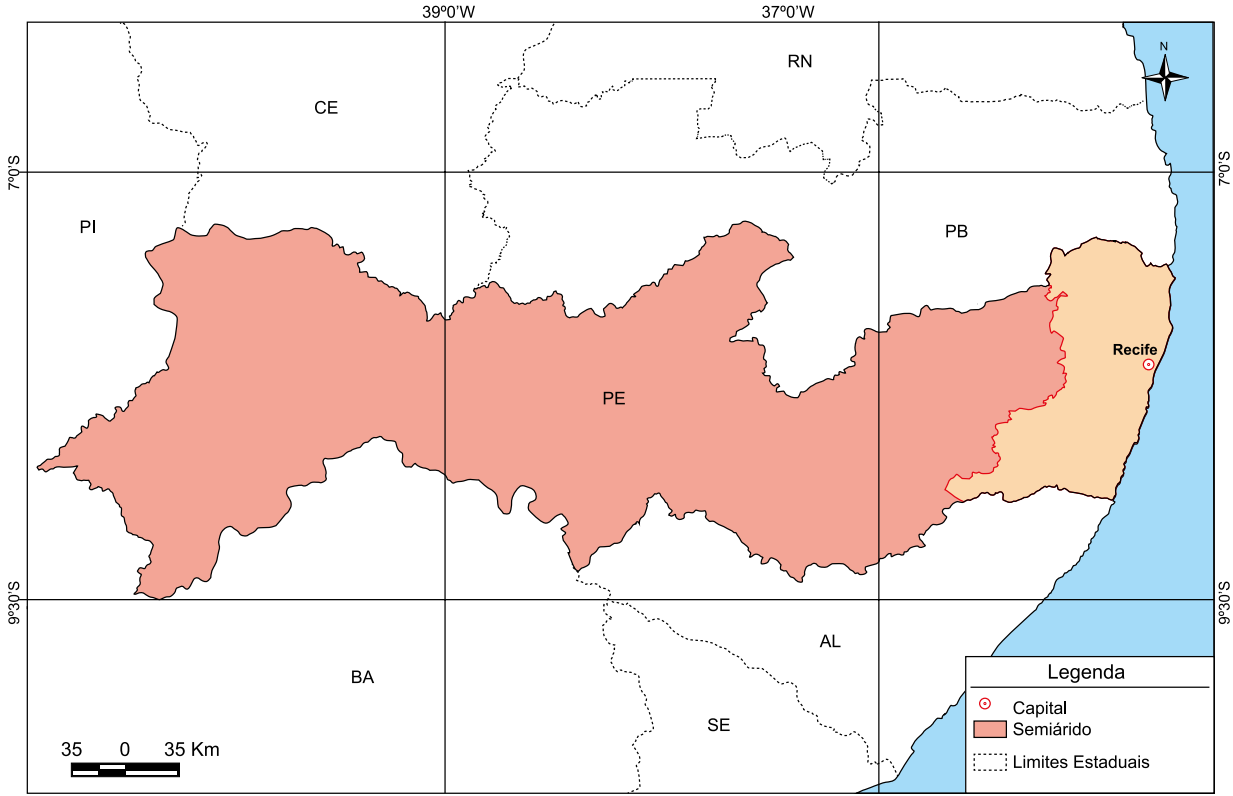
Mapa 2 – Mesorregiões do estado de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota : Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Mapa 3 - Semiárido de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

O Estado é formado por dois biomas, Caatinga e Mata Atlântica, que caracterizam o território brasileiro, além de uma área de transição, conforme especificado no Mapa 4.

O bioma Caatinga possui a maior área do Estado pernambucano, representando 77,3%. Esse bioma possui elevado número de espécies endêmicas, isto é, exemplares que só ocorrem naquela Região, sendo caracterizada por escassos níveis de precipitação pluviométrica. A vegetação é formada por arbustos, com aspecto seco e esbranquiçado durante a estação seca.

Na Caatinga o clima é semiárido, seco e quente. As temperaturas ultrapassam a 30ºC e decrescem nas maiores altitudes do planalto da Borborema, podendo chegar a 22ºC. As chuvas são escassas e mal distribuídas, chegando a atingir baixos índices de pluviosidade, de apenas 600 mm/ano, causando secas (DUARTE; SILVA FILHO, 2002).

Considerável porção do bioma da Mata Atlântica é caracterizada como área urbanizada, tendo sido desmatada, apresentando apenas fragmentos de matas e ecossistemas naturais. Parte desse território é constituído de reservas.

Na porção leste do Estado localiza-se o bioma Mata Atlântica, recobrindo 13,2 mil km^2, representando 13,5% do território pernambucano. A temperatura é elevada, com média anual de 24°C. Quanto aos índices pluviométricos, a média anual é de 1.500 mm (DUARTE; SILVA FILHO, 2002).

Na Mata Atlântica predomina o clima tropical, com temperaturas que chegam a 24º C e pluviosidade de 1.500 mm/ano. Nesse bioma, são marcantes as fortes chuvas de outono e inverno. No litoral, a pluviosidade atinge a marca de 2.000 mm/ano (DUARTE; SILVA FILHO, 2002).

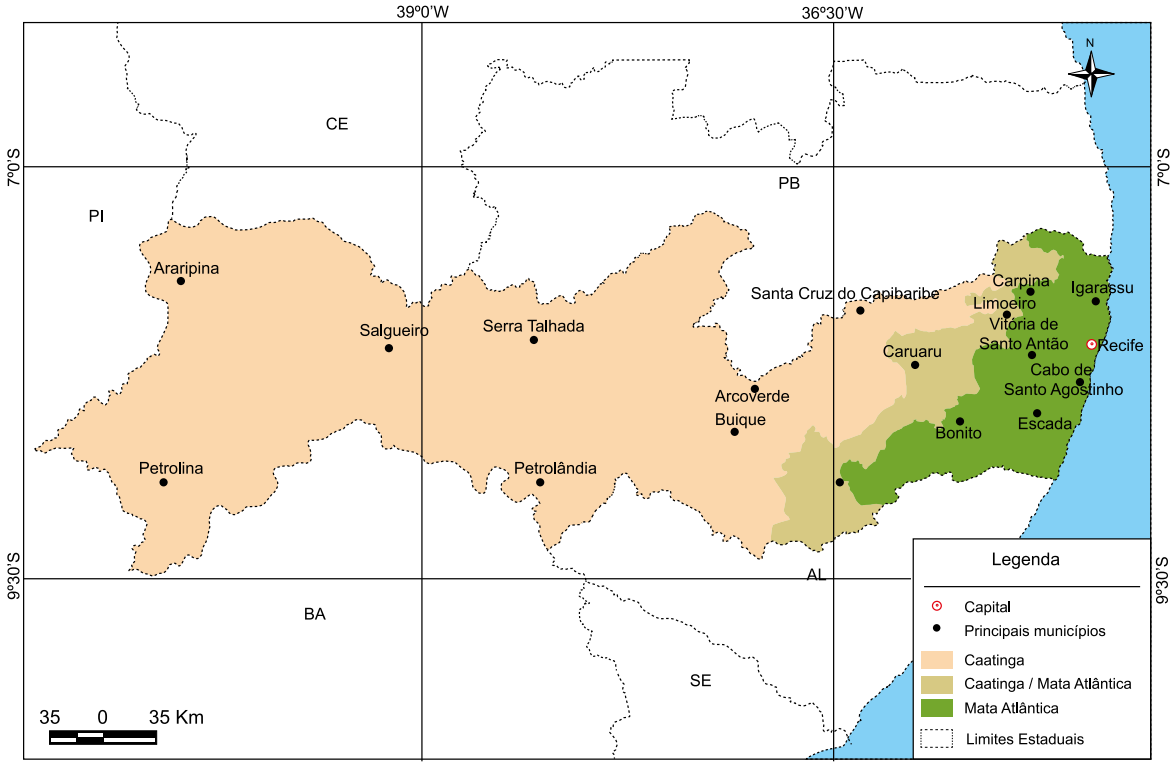
É importante ressaltar que esse bioma é vulnerável às ações causadas pela interferência antrópica, como o crescimento populacional que trouxeram as expansões das fronteiras agrícolas e as mudanças climáticas.

A faixa de transição Caatinga/Mata Atlântica, concentrada na porção centro-leste do Estado, compreende 9,1 mil km2 ou 9,2% do território pernambucano. Denominado como Agreste pernambu-

cano, essa área possui características semelhantes ao sertão pernambucano, como clima seco e quente, onde a temperatura pode variar de 30°C a 35°C além de registrar reduzidos índices pluviométricos (DUARTE; SILVA FILHO, 2002).

Algumas cidades no Sertão e Agreste apresentam microclimas diferenciados, em função da altitude, que chegam à marca de 8ºC de temperatura, em épocas de inverno, a exemplo da cidade de Garanhuns.

Mapa 4 – Biomas de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010)

Nota : Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Com relação aos recursos hídricos, Pernambuco possui litoral com 216 km, o quinto menor do País, superando os de Sergipe, Paraíba, Paraná e Piauí, representando 4,2% da costa nordestina (5.175 km) e 2,0% do total brasileiro (10.806 km).

Em termos de bacias hidrográficas, cabe destacar a do São Francisco, que se constitui a maior do Nordeste, cujo rio principal possui 2,7 mil km de extensão, atravessando cinco Unidades Federativas, e constituindo-se no limite natural entre os Estados de Pernambuco e da Bahia, na mesorregião do Sertão.

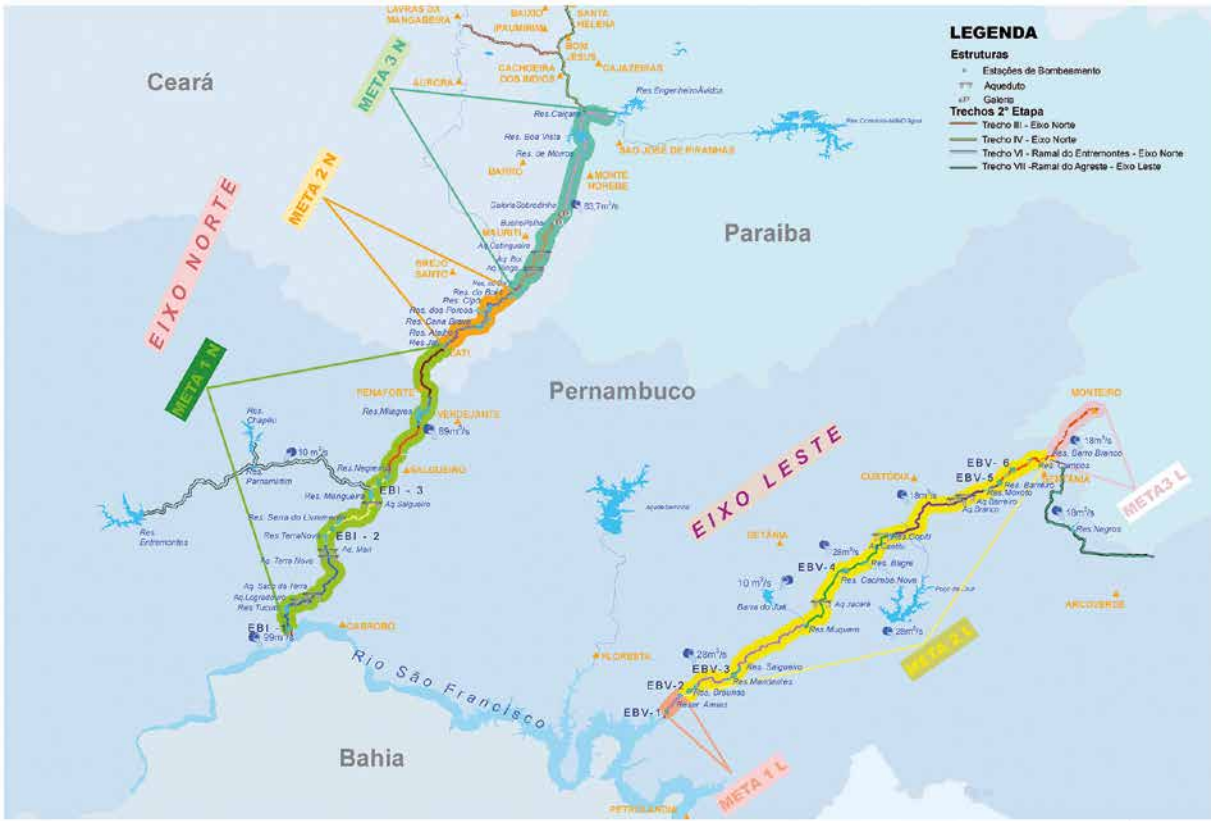
O espaço territorial pernambucano é dividido fisicamente pelo Planalto da Borborema. Assim, os rios da parte leste têm seu escoamento realizado no sentido oeste-leste, desaguando diretamente no Oceano Atlântico; são os denominados “rios litorâneos”, e os principais são: Capibaribe (280 km), Sirinhaém (158 km) e Una (290 km).

Na parte oeste da Borborema, localizam-se os rios que apresentam as maiores áreas de drenagem e têm escoamento no sentido norte-sul, desaguando no São Francisco; são os denominados “rios interiores”, sendo os principais: Garças (192 km), Brígida (193 km), Pajeú (353 km), Moxotó (226 km), Ipanema (139 km), além de grupos de pequenos rios interiores (AGÊNCIA ESTADUAL..., 2006).

A bacia hidrográfica do São Francisco, a maior do Nordeste e cujo rio principal possui 2,7 mil km de extensão, atravessa cinco Unidades Federativas, e constitui-se no limite natural entre os Estados de Pernambuco e da Bahia, na mesorregião do Sertão.

A transposição do rio São Francisco é um projeto do Governo Federal, da competência do Ministério da Integração Nacional, que aumentará a disponibilidade hídrica do Nordeste, trazendo impactos positivos sobre a economia e a qualidade de vida da população. O projeto viabilizará a integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e tem como objetivo assegurar a disponibilidade de água para municípios do semiárido de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Mapa 5 – Projeto de Integração do Rio São Francisco



Fonte: Brasil. Ministério da Integração Nacional (2014).

Referida integração engloba 477 km de construção linear organizados em dois Eixos de transferência de água - Norte e Leste. A obra envolve ainda a edificação de 4 túneis, 14 aquedutos, 90 estações de bombeamento e 27 reservatórios. Referido projeto deverá ser concluído em 2016, havendo a possibilidade de ser ampliado para o Eixo Sul, rumo a Bahia, e o Eixo Oeste, em direção ao Piauí (Mapa 5).

A obra beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes, em 390 municípios nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de gerar emprego e promover a inclusão social segundo o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014).

O empreendimento garantirá o abastecimento de água desde grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru) até centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido e de áreas do interior do Nordeste, priorizando a política de desenvolvimento regional sustentável.

Apesar da existência de um marco ambiental regulatório, a pressão antrópica tem exercido efeitos danosos ao meio ambiente do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental dos territórios pernambucanos.

Referências

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Bacia hidrográfica do rio Una, quarto e quinto grupos de bacias hidrográficas de pequenos rios litorâneos gl 4 e gl 5.** Recife, 2006. (Série Bacias Hidrográficas de Pernambuco, 3). Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=78673&folderId=141847&name=DLFE-11996.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferencia Nacional de

Desenvolvimento Regional, 1., 2012. **Documento referência.** Brasília, DF, 2012.

_____. **Projeto São Francisco**. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>. Acesso em 20 dez. 2014.

DUARTE, A. O. ; SILVA FILHO, G. E. **Perfil econômico de Pernambuco**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho
Economista. Mestre em Economia Rural

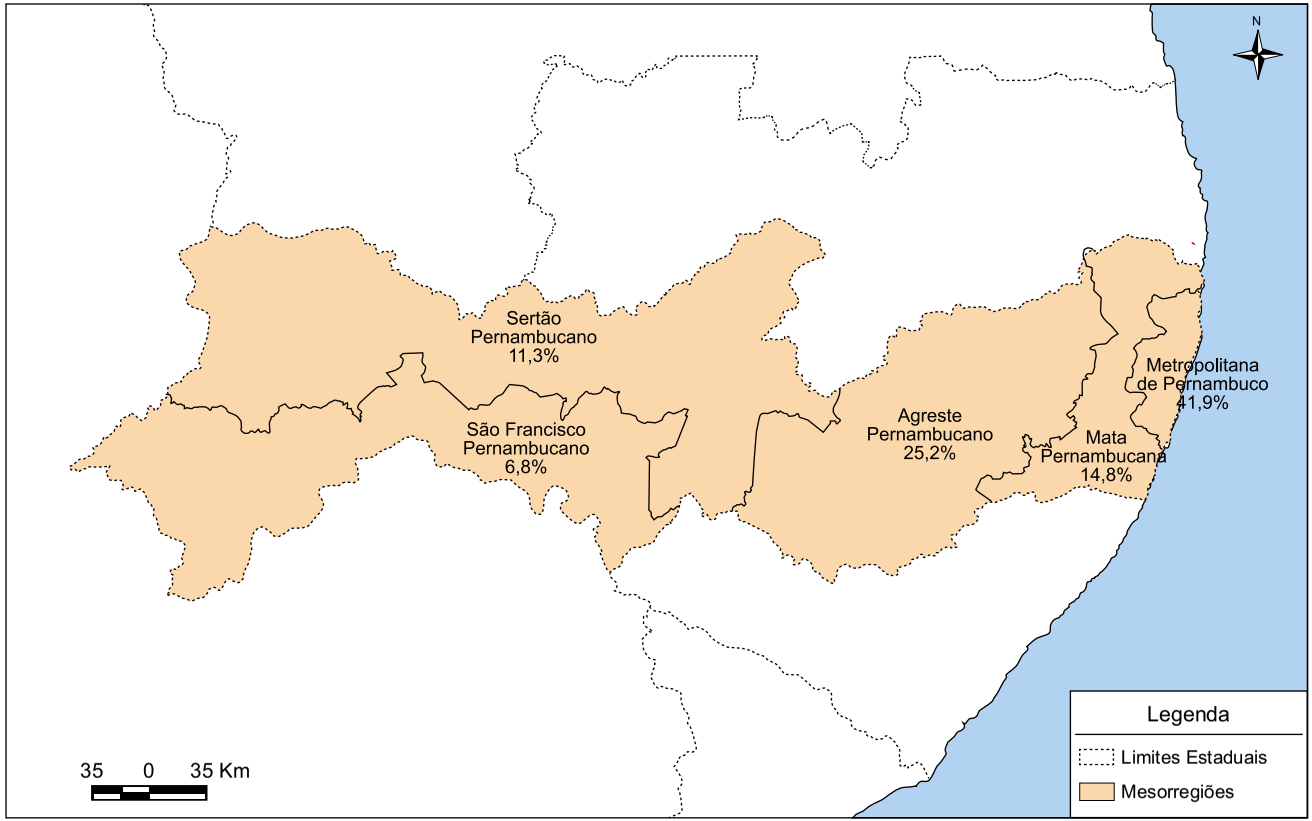
Pernambuco é o quinto estado em área, com 98,1 mil km² e o segundo em população do Nordeste. Conforme estimativa do IBGE para 2014, a população alcançou 9,28 milhões de habitantes, representando aumento de 5,5% em relação aos dados de 2010, conferindo ao Estado a terceira maior densidade demográfica regional, isto é, 94,5 habitantes/por km² (IBGE, 2014).

Pernambuco tem 185 municípios. A capital, Recife, concentra 17,3% do total da população, ou 1,61 milhão de habitantes, em 2014. Segundo o IBGE, a projeção populacional do Estado, para 2030, é de 10,11 milhões de habitantes, aumento de 15% em relação ao censo de 2010.

A mesorregião metropolitana de Pernambuco, na área de influência de Recife, possui 41,9% da população; a da Mata Pernambucana, 14,8%; a do Agreste Pernambucano, 25,2%; a do Sertão Pernambucano, 11,3% e a mesorregião do São Francisco Pernambuco, na divisa com a Bahia, possui 6,8% da população do Estado (Mapa 1).

A taxa de urbanização da população pernambucana, em 2012, era de 81,2%, a mais alta no Nordeste, cuja média é de 73,1%, e a mais próxima da nacional (84,3%). Os municípios mais populosos são Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Caruaru e Petrolina, todos com população acima de 300 mil habitantes (o Estado é um dos poucos no Nordeste com tantas cidades nessa faixa populacional), concentrando 39,5% da população total (3,7 milhões de habitantes), segundo dados do IBGE para 2014. A área somada destes municípios é de 6.098,6 km², gerando uma densidade demográfica de 601 habitantes/km², mais de seis vezes superior à do Estado.

Mapa 1 – Participação das mesorregiões na população de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

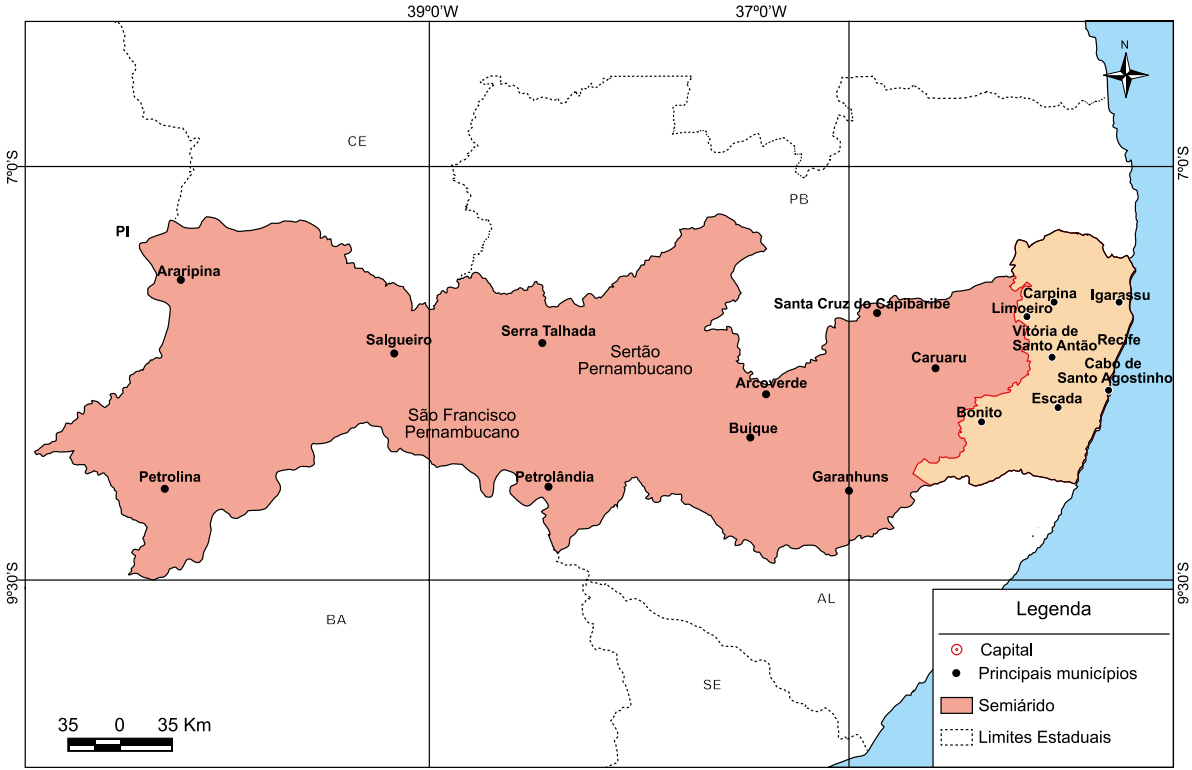
Recife, a capital, é uma das cidades mais antigas do Nordeste, que teve grande importância militar e comercial na fase colonial brasileira. É o principal centro econômico do Estado, localizado na mesorregião Metropolitana de Pernambuco (Mapa 1), cuja influência ultrapassa suas divisas, alcançando os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, como também a alguns municípios do interior do Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia. Recife tem um setor industrial forte, possuindo grande parque tecnológico, o Porto Digital. Sua posição geográfica favoreceu a instalação de empreendimentos infraestruturais de grande porte, como o Complexo Industrial e Portuário de Suape e o Aeroporto Internacional do Recife. Com passado histórico rico e belas paisagens naturais, Recife tem grande movimentação turística durante todo ano, sendo uma das capitais nordestinas mais visitadas.

Jaboatão dos Guararapes é a segunda cidade mais populosa de Pernambuco, na Região Metropolitana do Recife, com 680 mil habitantes. Com um setor comercial representativo, o município sedia um dos *shopping centers* mais movimentados de Pernambuco, o Guararapes, e também possui um grande distrito industrial, com fábricas de multinacionais como Coca-Cola e Unilever.

Olinda e Paulista também fazem parte da mesorregião Metropolitana de Pernambuco, ambas superando a marca dos 300 mil habitantes. Olinda é uma das mais antigas cidades brasileiras, considerada pela Organização das Nações Unidas como patrimônio histórico e cultural da humanidade, por suas preservadas atrações históricas, principalmente casarões e igrejas antigos. Em Paulista, predominam atividades ligadas ao comércio, serviços e indústria, sendo importante também o turismo, já que o município tem 14 quilômetros de litoral com belas praias.

Com mais de 300 mil habitantes, Caruaru situa-se na serra da Borborema, na mesorregião do Agreste Pernambucano. É um importante polo têxtil nordestino, com diversas fábricas e comércios do gênero. A cidade é conhecida ainda pela maior feira livre e por uma das maiores festas juninas do País. Petrolina, já na divisa com a Bahia, na margem do São Francisco, é um dos maiores polos de fruticultura irrigada do Brasil (Mapa 2).

Mapa 2 – Principais municípios de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota : Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

A expectativa de vida em Pernambuco era de 65 anos em 2000 e passou para 71,1 anos em 2010, pouco abaixo da média do Nordeste (71,2 anos) e do Brasil, de 73,9 anos, para aquele ano. Neste aspecto, o Estado saiu da penúltima para a quinta posição, neste período, no âmbito do Nordeste.

O número de médicos por mil habitantes de Pernambuco, segundo dados do IBGE, em 2000, era de 1,06, subindo para 1,37, dez anos depois, sendo o melhor Estado com relação a este indicador na Região, superior à média regional (1,09) mas inferior à nacional, de 1,86 por mil habitantes. Em termos de leitos hospitalares, são 2,18 para cada mil habitantes, índice superior ao regional (2,02) e inferior ao nacional (2,26).

O Estado tem 98,1% dos domicílios com água canalizada internamente, 61,3% com rede de esgoto ou fossa séptica e 79,8% com coleta direta de lixo, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, do IBGE.

O Estado tem universidades públicas com sede em Recife e *campi* distribuídos em cidades do interior. São elas a Universidade Federal (UFPE), presente também em Caruaru e Vitória de Santo Antão, a Universidade Federal Rural (UFRPE), com unidades em Garanhuns e Serra Talhada, e uma Estadual (UPE), com *campi* em Camaragibe, Nazaré da Mata, Petrolina e na Região Metropolitana. No âmbito público há ainda o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (IFPE). O Estado possui ainda 69 instituições privadas de ensino, sendo 29 delas sediadas no Recife.

O aperfeiçoamento da mão de obra é realizado por instituições de ensino profissionalizante – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (SEBRAE-PE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em relação aos outros estados nordestinos, o ensino básico em Pernambuco tinha a terceira menor taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos, em 2008 (17,9%), subindo para a segunda menor em 2013 (15,3%), percentual abaixo do regional (16,9%), mas superior ao nacional (8,5%) (IPEA, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera no seu cálculo variáveis relacionadas à saúde, educação e renda,

em Pernambuco, foi de 0,440 em 1991, alcançando 0,684 em 2010, ficando numa posição intermediária em relação ao índice regional (0,660) e o índice nacional (0,726), no mesmo ano (melhor quanto mais próximo de 1), podendo-se inferir que houve melhorias no quadro social do Estado nos últimos vinte anos.

A desigualdade de renda em período semelhante (1990-2013), medida pelo índice de Gini (melhor quanto mais próximo de 0), também teve melhoria considerável, reduzindo-se de 0,602 para 0,502, o menor da Região, superando inclusive o índice nacional (0,527) para 2013. A desconcentração de renda em Pernambuco foi a quarta maior no período, em relação aos demais Estados do Nordeste. Os programas de transferência de renda contribuíram para o alcance desses resultados (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Pernambuco, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Pernambuco	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,440	0,405	0,501
IDH (2010)	0,684	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,602	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,502	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipeadata. Ipea (2014).

Em resumo, os indicadores sociais analisados em Pernambuco apontam melhorias nos últimos anos, superando inclusive a média regional. Existem, contudo, desafios a serem vencidos nos próximos anos. Um deles diz respeito ao aspecto demográfico do Estado. Seguindo tendência recorrente no Nordeste e no Brasil, a população pernambucana teve crescimento na faixa de 0 a 14 anos e vem decrescendo, em contraposição a um aumento expressivo nas faixas superiores a 65 anos de idade, o que implica envelhecimento mais rápido entre as décadas de 1970 a 2010.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 6,6 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (1,5 milhão) e superior a 64 anos (647,5 mil), somando 2,1 milhões, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA) (IBGE, 2010).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto, o chamado “bônus demográfico”. Pernambuco tem desfrutado dessa situação há várias décadas.

Porém, considerando que a população superior a 65 anos aumenta a taxas maiores em comparação com o restante das outras faixas etárias, a primeira tende a elevar-se no futuro, com mais pessoas a serem “sustentadas” por quem se encontra em idade de trabalhar; será necessário esforço no presente para aproveitar esse bônus, pois no futuro a força de trabalho se reduzirá, demandando do poder público um redesenho em suas políticas direcionadas à educação profissional de jovens e à assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

A redução no crescimento populacional de Pernambuco é resultante da diminuição das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que caem na mesma tendência regional e nacional, e também pelo aumento do processo de urbanização da população; pela maior presença feminina no mercado de trabalho, pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população (Tabela 2).

Tendo em vista o que foi analisado, conclui-se que o panorama social estadual evoluiu no período estudado, embora alguns indicadores ainda estejam situados em níveis inferiores às médias regional e nacional. Levando-se em conta o déficit social ainda existente e as mudanças demográficas ocorridas em Pernambuco, será de grande importância que o Estado invista no fortalecimento das políticas públicas objetivando o desenvolvimento social da população local.

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Pernambuco, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Pernambuco	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	2,8	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	1,8	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	23,4	26,8	23,4
Natalidade (2011)	16,6	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	10,7	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	6,6	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

(1) número médio anual de filhos por mulher;

(2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;

(3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2013**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013 >. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota
Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de gerar riqueza.

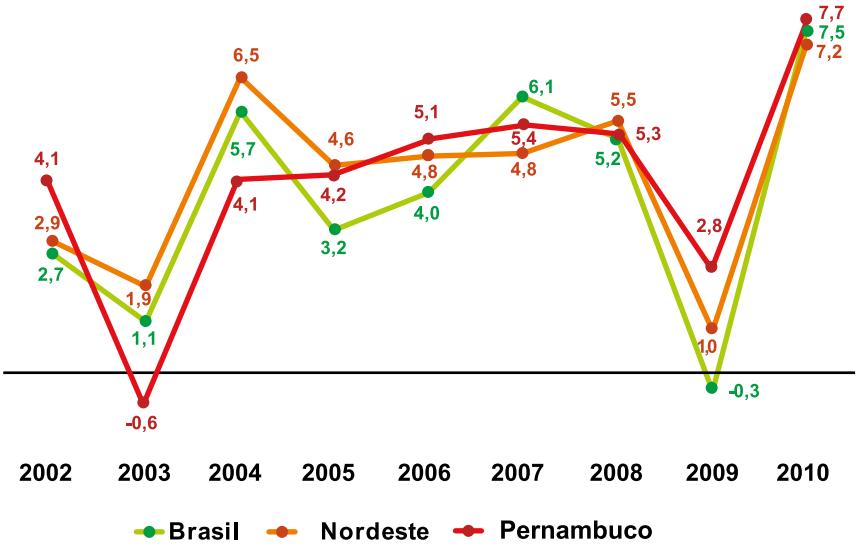
O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou Unidades da Federação analisadas.

O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que impactaram positivamente no Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza, mas também retrata o início da crise financeira e econômica internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também os países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise envolve dois subperíodos distintos em termos de desempenho da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracteriza por uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), apresentou taxas de expansão de 2,1%, compreendendo a fase em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da crise financeira internacional.

Especificamente em termos de Pernambuco, verificou-se que o desempenho econômico do Estado alternou períodos de expansão abaixo e acima da média regional (Gráfico 1). Em anos mais recentes, a economia de Pernambuco tem registrado crescimento acima da média regional e nacional, tendo inclusive aumentado sua participação no PIB nacional nesse período, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

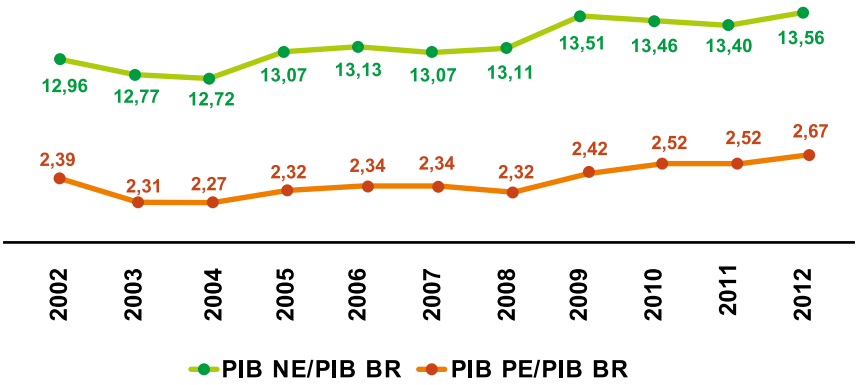
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Desde 2002, a maioria dos Estados da Região Nordeste experimentou crescimento na participação do PIB nacional, tendo Pernambuco avançado 0,3 pontos percentuais entre 2002 e 2012 (Gráfico 2). Esse resultado foi influenciado pela combinação de grandes investimentos públicos e privados na Região e pelos programas de transferência de renda do Governo Federal.

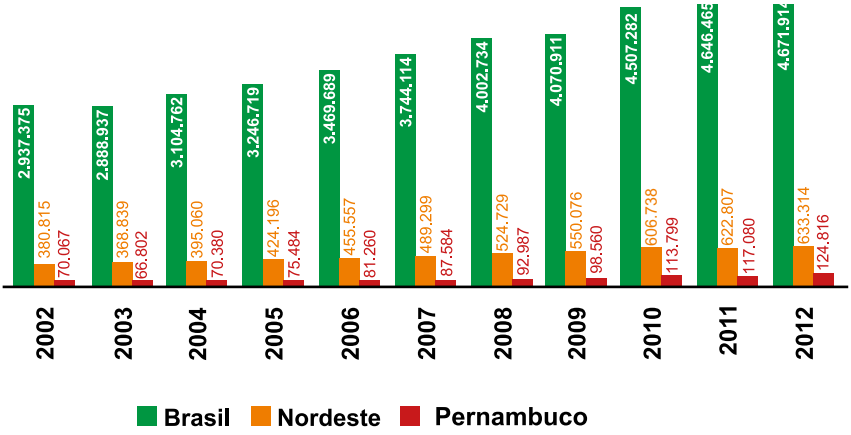
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB de Pernambuco em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A soma de toda a riqueza produzida em Pernambuco atingiu o montante de R$ 124,8 bilhões, em 2012, o que significou um aumento real de 78,1% em relação ao valor registrado no início da série, R$ 70,1 bilhões. A expressiva expansão do PIB pernambucano superou resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 66,3% e 59,1%, respectivamente, no período analisado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (R$ milhões)



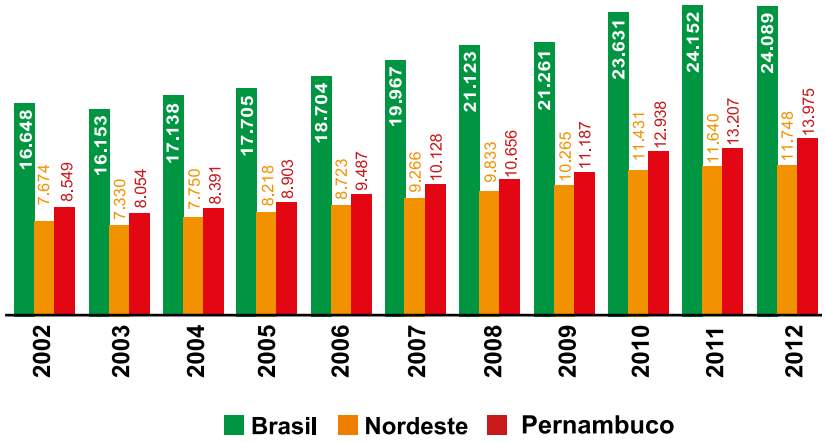
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

É importante registrar que o PIB de Pernambuco se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A mesorregião Metropolitana do Recife concentra aproximadamente dois terços do PIB estadual. Seguem o Agreste (14,7%), a Mata (9,3%), o Sertão (5,8%) e o São Francisco (5,6%), Mapa 1.

O PIB *per capita* de Pernambuco manteve-se acima dos valores observados para o Nordeste durante a série estudada, tendo alcançado R$ 13.975 em 2012. Entre 2002 e 2012, o PIB *per capita* do Estado cresceu 63,5% em termos reais, enquanto os PIBs *per capita* do Nordeste e do Brasil cresceram 53,1% e 44,7%, alcançando R$ 11.748 e R$ 24.089 em 2012, respectivamente (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (valores constantes)

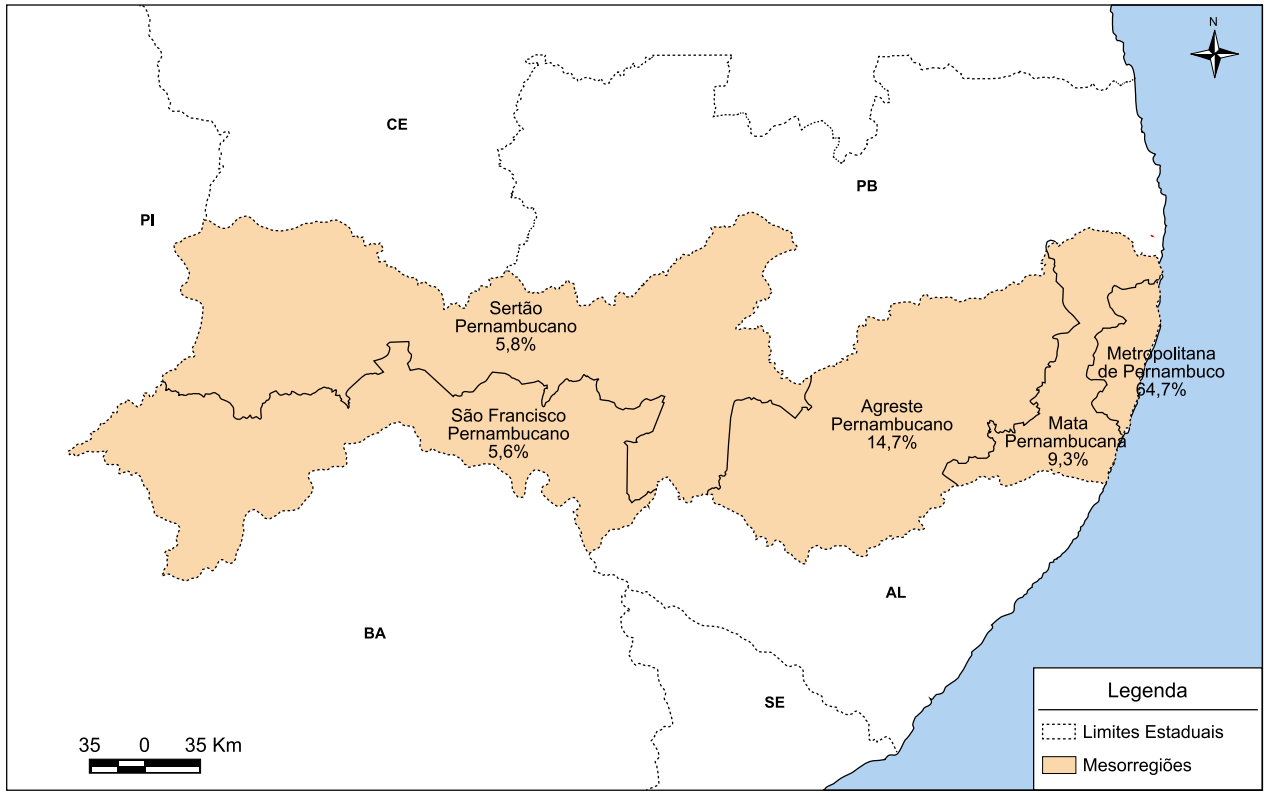


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

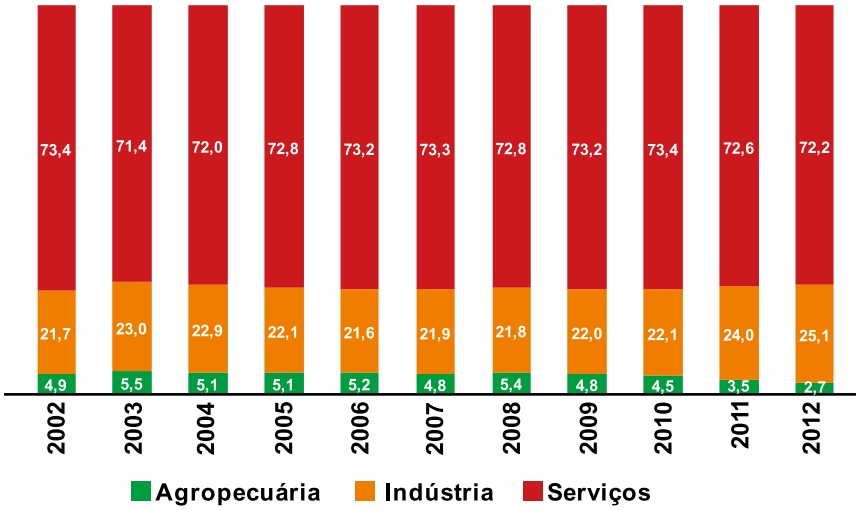
A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado são concentradas em serviços, embora, esse setor tenha perdido participação entre 2002 e 2012, de 73,4% para 72,2%. A agropecuária também diminuiu sua presença no VAB, que era de 4,9%, em 2002, para 2,7%, em 2012. Por outro lado, a indústria de Pernambuco ganhou influência nesse período, passando de 21,7%, em 2002, para 25,1%, em 2012. (Gráfico 5).

Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB de Pernambuco



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

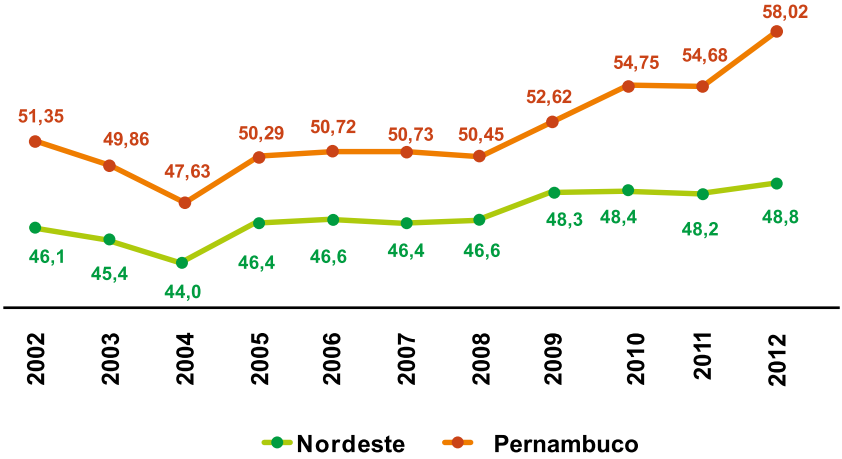
Para uma descrição da evolução da desigualdade espacial, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* de Pernambuco e do Brasil, um dos indicadores utilizados na literatura de desenvolvimento regional. Construiu-se também a medida para o Nordeste, a fim de posicionar a desigualdade do Estado no âmbito da Região. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença entre o PIB *per capita* do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

A evolução da desigualdade dos PIBs *per capita* de Pernambuco e do Nordeste entre 2002 e 2012 pode ser visualizada no Gráfico 6. A relaçao PIB *per capita* do Nordeste em relaçao ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 pontos percentuais, implicando redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País.

Por sua vez, a relação PIB *per capita* de Pernambuco em relaçao ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 51,3%, em 2002 para 58,0%, em 2012, o que significou acréscimo de 6,7 pontos percentuais nessa medida, sinalizando por sua vez uma redução da desigualdade do Estado em relaçao ao País (Gráfico 6).

Além disso, Pernambuco aumentou a vantagem que detinha em relação à Região, pois a relação PIB per capita do Estado em relação ao PIB per capita do Nordeste passou de 111,4% em 2002 para 119,0% em 2012. Portanto, esse resultado implica dizer que Pernambuco mantém um PIB per capita superior em comparação com a média do Nordeste. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que Pernambuco continue sendo beneficiado.

Gráfico 6 – PIB *per capita do* Nordeste e de Pernambuco em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2004-2008.** Rio de Janeiro, 2010a. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade:** 1980-2050. Revisão 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Conforme destacado no capítulo das características territoriais, Pernambuco apresenta grande diversidade geoambiental, o que favorece ao Estado amplas possibilidades de produção agrícola. Dessa forma, a agricultura pernambucana é diversificada, existindo cultivos empresariais, dentre os quais se destacam a cana-de-açúcar, culturas de subsistência a exemplo da mandioca e feijão e uma expressiva fruticultura irrigada.

Importante parcela do território de Pernambuco é banhada pela bacia hidrográfica do São Francisco (Submédio e Baixo São Francisco), onde o clima favorável ao desenvolvimento da fruticultura irrigada, a existência de reservatórios de regularização de vazões e o apoio das políticas públicas foram preponderantes para o estabelecimento de projetos de irrigação nessa Região.

No polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA existe um empresariado agrícola detentor de capital e conhecimento, ao qual se atribui em grande medida o desenvolvimento da agricultura irrigada nesse território.

Nas sub-bacias dos rios Moxotó e Pajeú existem importantes perímetros públicos de irrigação, com destaque para o Moxotó, que possui área irrigável de 8,6 mil hectares, dos quais 74,7% estão ocupados principalmente por produtores familiares.

A cana-de-açúcar é a cultura de maior valor da produção em Pernambuco (Tabela 2) que é o segundo maior produtor nordestino respondendo por 20,0% da produção regional. Substancial percentagem dessa matéria-prima é destinada para fabricação de açúcar. O Estado responde por 30,0% do volume de açúcar produzido no Nordeste e por 16,0% do álcool.

Entre 2000 e 2012 ocorreu uma redução na área colhida, na produtividade e no valor da produção de cana-de-açúcar em Per-

nambuco (Tabela 1), que inclusive perdeu participação percentual no valor total de produção agrícola do Estado, passando de 43,3% em 2002 para 34,0% em 2012 (Tabela 2).

Estes dados refletem a grave crise financeira pela qual o setor sucroalcooleiro nordestino tem enfrentado nos últimos anos, que levou ao fechamento de diversas usinas no Estado. Os principais fatores que têm contribuído para a atual situação desse segmento estão relacionados à queda de preço do açúcar no mercado internacional devido ao excesso de oferta, a elevação dos custos de produção e a baixa rentabilidade do álcool cujo preço é atrelado à cotação da gasolina.

Além disso, o setor não está conseguindo se modernizar o que está aumentando a distância da produtividade e eficiência alcançadas pelo Centro-Sul. Todos estes problemas foram agravados pela escassez hídrica que atinge o Nordeste desde 2012. Segundo dados do IBGE (2014), a seca provocou uma quebra de produção de cana-de-açúcar em Pernambuco de 26,0% em relação a 2011.

A segunda cultura mais importante em termos de valor da produção em Pernambuco é a mandioca. Entre 2002 e 2012 houve uma elevada perda de produtividade (31,1%) (Tabela 1), a redução na oferta do produto provocou uma elevação no preço, dessa forma, a cultura apresentou um expressivo crescimento do valor da produção nesse período (214,6%), passando a ser uma das culturas de maior valor da produção em Pernambuco, respondendo por 11,8% do total gerado pela agricultura em 2012 (Tabela 2).

A mandioca é cultivada em consórcio com culturas de ciclo curto, principalmente com feijão, por pequenos agricultores familiares. A produção se concentra na região do Agreste, porém a cultura é disseminada em todo o Estado, sendo, portanto, fundamental sob o ponto de vista de ocupação de mão de obra.

O feijão foi outra cultura que apresentou elevada perda de produção (-77,8%) entre 2002 e 2012 decorrente principalmente da redução na área colhida (-76,1%), a quebra de safra levou a uma grande redução no valor da produção (Tabelas 1 e 2).

Segundo dados do IBGE (2014), a redução na produção da mandioca e do feijão foram causados pela escassez hídrica em

2012 que provocou uma quebra de 34,0% na produção de mandioca e de 83,0% na produção de feijão comparado a 2011.

Para a cebola e a melancia, embora tenham apresentado uma discreta redução da área, ocorreu crescimento da produtividade, o que gerou aumento na produção em 7,7% e 11,7% respectivamente (Tabela 1).

A maior produção juntamente com os bons preços desses produtos, principalmente em 2012, contribuiu para uma expressiva elevação do valor da produção que foi de 88,8% para cebola e 318,6% para melancia entre 2002 e 2012 (Tabela 2).

Segundo Candeias et al. (2014), a cebola é uma das hortaliças mais importantes socioeconomicamente para Pernambuco, gerando cerca de 7 mil empregos diretos e indiretos. A cebola é cultivada no Submédio São Francisco, compreendendo principalmente as regiões entre os municípios de Petrolândia a Petrolina. A melancia também é cultivada sob regime de irrigação na região do Submédio São Francisco que possui condições ambientais altamente favoráveis para o seu desenvolvimento.

Com relação ao tomate, observa-se que houve redução da área e produtividade entre 2002 e 2012, o que resultou na queda de produção e de valor da produção da ordem de 50,0% (Tabelas 3 e 4) nesse período. A redução da produção do tomate no Estado vem ocorrendo praticamente de forma contínua desde 2002; mesmo assim, Pernambuco ainda se configura como um dos maiores produtores de tomate do Nordeste.

Problemas fitossanitários no Submédio São Francisco aumentam os custos de produção e desestimulam os produtores a investir nessa atividade. Nesse período, a cultura do tomate foi acometida por diversas pragas a exemplo da traça-do-tomateiro, do tospovírus e da mosca branca que causaram elevadas perdas na cultura. Além das dificuldades na produção, nesse período também ocorreram problemas na comercialização com baixos preços do produto.

Com relação à lavoura permanente, observa-se que houve expressiva expansão do valor da produção entre 2002 e 2012 que passou de 28,9% do total agrícola do Estado para 39,0%. Por outro

lado, no mesmo período, o valor da produção da lavoura temporária apresentou redução de 8,2%. Em 2002 as culturas temporárias respondiam por 71,1% do valor agrícola produzido no Estado; em 2012 este percentual foi reduzido para 61,0% (Tabela 2).

As culturas permanentes exploradas no Estado são predominantemente da fruticultura irrigada. Dentre as áreas cultivadas, destaca-se o polo Petrolina/Juazeiro que contempla projetos de irrigação de Pernambuco e da Bahia. Até meados da década de 1990, predominava nesse polo de irrigação a exploração de culturas temporárias. A partir de então, começaram a ser substituídas pela fruticultura perene. Atualmente predominam no polo culturas de alto valor econômico, destinadas à exportação. Contudo, ocorreu uma concentração da produção em uva e principalmente manga. Daí a expansão dessas culturas no Estado em termos de área, produção e valor da produção (Tabelas 3 e 4) entre 2002 e 2012.

A uva que respondia em 2002 por 9,9% do valor da produção agrícola do Estado passou a responder por 19,1% em 2012, o que representou crescimento de 107,2% nesse período (Tabela 2).

Pernambuco é o terceiro maior produtor nacional de manga e o segundo maior produtor do Nordeste. Em 2012, o Estado foi responsável por quase 30,0% do volume total de manga produzido na Região. No Vale do São Francisco o cultivo da manga é realizado com elevado nível tecnológico, sendo a produção predominantemente destinada para exportação.

O maracujá e a goiaba também apresentaram elevado crescimento do valor da produção agrícola no Estado, ou seja, 283,8% e 82,9% respectivamente entre 2002 e 2012 (Tabela 2). Para o maracujá houve melhoria na produtividade por hectare, no entanto, o principal fator que contribuiu para o crescimento da produção da cultura foi a ampliação da área (Tabela 1).

Para a cultura da goiaba, o principal fator responsável pelo crescimento no valor da produção foi o aumento do preço, já que não ocorreu crescimento expressivo da produção (Tabela 1). Pernambuco é o segundo maior produtor nacional de goiaba, atrás apenas de São Paulo e responde por mais de 70,0% da produção nordestina. Pernambuco possui ainda a maior produtividade da Re-

gião, 28,9 toneladas por hectare (Tabela 1). A produção de goiaba no Estado é destinada para a indústria e para o mercado de frutas *in natura*.

A cultura da banana, embora tenha apresentado redução no valor da produção entre 2002 e 2012, ainda se configura em uma das principais culturas do Estado em termos de valor da produção (Tabela 2). Na tabela 3 pode-se observar que não houve redução da produção nesse período, portanto a queda no valor da produção foi decorrente do baixo preço do produto, principalmente a partir de 2007. De acordo com Ferreira e Menelau (2014), a maior parte do lucro do comércio da banana é apropriada pela figura do varejista.

Segundo Pereira et al. (2007), existem diferentes sistemas de produção de banana em Pernambuco. Na Zona da Mata e Agreste a cultura é explorada predominantemente por pequenos produtores familiares com baixo nível tecnológico. No Submédio São Francisco pernambucano praticam-se sistemas de produção intensivos em tecnologia, com uso de irrigação plena.

Com relação à cultura do coco, observa-se que houve expressiva redução de área, sendo que a melhoria da produtividade em 22,1% não foi suficiente para compensar essa perda, de forma que houve queda na produção (Tabela 1). A cultura do coco foi a que apresentou a maior queda no valor da produção entre 2002 e 2012 (Tabela 2).

A redução da área com coco em Pernambuco ocorreu principalmente na região da Zona da Mata e Metropolitana de Recife em 2010 e 2012 (IBGE, 2014), anos em que houve escassez hídrica.

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Pernambuco - 2002 e 2012

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quant. produzida (ton)		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Lavoura temporária									
Cana-de-açúcar	348.217	299.901	-13,90	50.618	47.490	-6,20	17.626.183	14.242.228	-19,20
Mandioca	44.730	45.888	2,60	10.812	7.451	-31,10	483.634	341.901	-29,30
Cebola	4.934	4.696	-4,80	18.054	20.423	13,10	89.082	95.906	7,70
Tomate	4.401	2.844	-35,40	47.201	35.317	-25,20	207.736	100.441	-51,60
Melancia	3.764	3.560	-5,40	16.689	19.705	18,10	62.820	70.151	11,70
Feijão	261.548	62.615	-76,10	314	291	-7,30	82.245	18.240	-77,80
Lavoura permanente									
Uva	3.365	6.763	101,00	29.711	33.233	11,90	99.978	224.758	124,80
Manga	6.623	11.257	70,00	20.608	20.158	-2,20	136.488	226.921	66,30
Banana	38.272	40.805	6,60	9.601	9.988	4,00	367.481	407.574	10,90
Goiaba	4.621	3.703	-19,90	22.672	28.948	27,70	104.771	107.196	2,30
Coco-da-baía (mil frutos)	14.244	8.170	-42,60	10.689	13.051	22,10	152.266	106.625	-30,00
Maracujá	533	1.224	129,60	10.527	11.856	12,60	5.611	14.512	158,60

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: para a cultura do coco-da-baía, a quantidade produzida está expressa em mil frutos e a produtividade em mil frutos por hectare.

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Pernambuco - 2002 e 2012

Culturas	Valor da produção (mil R$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2002	2012
Lavoura temporária	**1.776.384,00**	**1.630.583,00**	**-8,21**	**71,12**	**60,96**
Cana-de-açúcar	1.081.739,00	908.785,00	-15,99	43,31	33,98
Mandioca	99.887,00	314.278,00	214,63	4,00	11,75
Cebola	71.633,00	135.275,00	88,84	2,87	5,06
Tomate	172.726,00	85.411,00	-50,55	6,92	3,19
Melancia	18.535,00	77.595,00	318,64	0,74	2,90
Feijão	188.466,00	48.360,00	-74,34	7,55	1,81
Outros	143.398,00	60.879,00	-57,55	5,74	2,28
Lavoura permanente	**721.241,00**	**1.044.084,00**	**44,76**	**28,88**	**39,04**
Uva	246.978,00	511.672,00	107,17	9,89	19,13
Manga	138.309,00	168.946,00	22,15	5,54	6,32
Banana	189.264,00	168.451,00	-11,00	7,58	6,30
Goiaba	64.623,00	118.224,00	82,94	2,59	4,42
Coco-da-baía	55.731,00	34.327,00	-38,41	2,23	1,28
Maracujá	5.202,00	19.963,00	283,76	0,21	0,75
Outros	21.135,00	22.501,00	6,46	0,85	0,84

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Além da cana-de-açúcar a fruticultura irrigada em Pernambuco possui elevada importância na geração de renda e postos de trabalho. Nos últimos anos ocorreu uma expressiva expansão de culturas permanentes de alto valor de mercado nos perímetros irrigados em detrimento de culturas temporárias, tanto irrigadas quanto de sequeiro.

A cana-de-açúcar, que continua sendo a principal cultura do Estado, está perdendo importância relativa em termos de valor da produção, tendo apresentado também relevante redução da área colhida o que se reflete diretamente na geração de postos de trabalho e renda na Zona da Mata do Estado.

Referências

CANDEIAS, J. A.; SILVA, M. C. L. DA.; MENEZES, J. T. **Cultura da cebola**. Disponível em: <http://www.ipa.br/resp25.php>. Acesso em: 04 dez. 2014.

FERREIRA, L. B.; MENELAU, A. S. **Análise do mercado da banana em Pernambuco:** economia regional e agrícola. Recife, 2014. Disponível em: < http://linkpe.com.br/enpecon/artigos/An%E1lise%20do%20Mercado%20da%20Banana%20em%20Pernambuco..pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 03 dez. 2014.

PEREIRA, J. M.; SOUSA, M. M. M.; CAMPOS, L. H. R. Aproveitamento da banana em atividades agroindustriais na Zona da mata de Pernambuco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

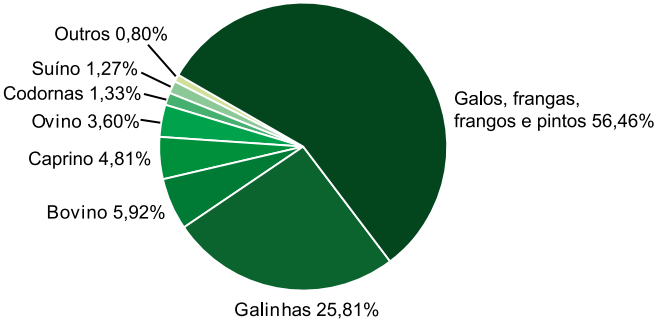
5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Luciano J. F. Ximenes
Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A produção de aves tem sido destaque em Pernambuco, entre os anos de 2000 e 2012, quando a avicultura concentrou plantel médio de 28 milhões de aves. Em 2012, cerca de 82,10% dos animais de produção era composto pelo plantel avícola, enquanto que bovinos, caprinos e ovinos somaram mais de 5 milhões de cabeças (11,58%), com participações relativas semelhantes, em torno de 5% (Gráfico 1; Tabela 5).

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 e 2012



Fonte: IBGE (2014).

5.1 Avicultura

A avicultura representa grande importância econômica e social para Pernambuco, por ser praticada em quase todas as regiões do Estado e em pequenas e médias propriedades. Essa atividade é igualmente importante em relação à Região Nordeste, uma vez que a participação do rebanho de galos, frangas, frangos e pintos

para produção de carne em relação ao Nordeste é de 20,00% e a dos rebanhos de galinhas e codornas para produção de ovos é de 25,32% e 35,29%, respectivamente.

O Estado dispõe de um parque avícola apreciável, em que 20 empresas mais expressivas atuam no segmento de frango de corte e 30 no segmento de postura. Além de produtores independentes, Pernambuco conta com empresas integradoras que atuam com uma rede de mais de mil pequenos produtores. O Estado, embora seja o maior produtor comercial nordestino do segmento de postura, possui o segundo plantel regional dessa categoria, com o total de 7 milhões de aves. Os principais criatórios estão localizados nos municípios de Moreno, São Bento do Una, Camaragibe, Belo Jardim, Goiana, Paudalho e Nazaré da Mata (OLIVEIRA et al., 2008).

Pernambuco possui o segundo maior rebanho regional de galos, frangas, frangos e pintos destinados à produção de carne e o 10º rebanho nacional. Em relação à produção de carne de frango, Pernambuco é o segundo maior do Norte e Nordeste, tendo produzido 296 mil toneladas de carne de frango, em 2012. Essa quantidade representa 25,57% da produção nordestina e 2,34% da produção brasileira. O consumo de carne de frango tem aumentado ano a ano, tanto no Brasil como no mundo. Em 2012, o consumo brasileiro de carne de frango foi de 9.139 mil toneladas, 11,19% do consumo mundial que foi de 81.655 mil toneladas. Em 2014 o consumo brasileiro passou a 9.396 mil toneladas e o mundial chegou a 85.075 mil toneladas. O Brasil é o quarto maior consumidor mundial e o segundo maior em consumo per capita, 46,4 quilos de carne de frango ao ano, segundo dados do ANUALPEC (2014).

De acordo com pesquisa do BNB/ETENE, em Pernambuco coexistem os dois sistemas de produção: independente e integrada. Os produtores independentes arcam com todo o processo produtivo e comercial da atividade, tais como: produção de ração, produção de matrizes, incubação de ovos ou aquisição de pintos, engorda dos frangos, comercialização de aves vivas (para intermediários, pequenos comerciantes ou até mesmo para abatedouros industriais). Em alguns casos, dispõem de abatedouros próprios. Na produção integrada, a empresa integradora produz a ração, as aves matrizes e os pintos. Os produtores integrados recebem da

integradora os pintos, os insumos, a assistência técnica, responsabilizando-se pela criação das aves. A comercialização é realizada pela integradora. Os produtores pernambucanos se congregam na Associação Avícola de Pernambuco (Avipe), a qual realiza trabalho em prol da dinamização da atividade no Estado, destacando-se os esforços realizados para superação de problemas referentes à aquisição de insumos, de tributação e de prevenção sanitária (OLIVEIRA et al., 2008).

Há, portanto, um conjunto de fatores neste Estado que dinamizaram a produção de aves, mas a produção em larga escala da avicultura industrial e a melhoria da renda da população, especialmente a de baixa renda, contribuíram sobremaneira para o aumento do consumo de carne de frango e de ovos. No período de 2002 a 2008, os consumos per capita destes produtos cresceram 15,28% (9,669 e 11,146 kg) e 45,40% (2,372 e 3,449 kg), respectivamente, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (2004; 2010).

Quanto à produção de ovos de galinha, Pernambuco é o primeiro produtor do Nordeste e do Norte e o nono produtor nacional. Em 2012, produziu 169 milhões de dúzias de ovos de galinhas, o que representa 32,11% do total regional e 4,87% da produção brasileira. Nesse mesmo ano, o rebanho de galinhas de Pernambuco era superior a 10 milhões de cabeças o que representava 25,32% do rebanho total do Nordeste e 4,8% do rebanho brasileiro, colocando o Estado como primeiro produtor regional de galinhas e sétimo produtor nacional.

Da mesma forma, Pernambuco é o primeiro produtor de codorna e de ovos de codorna do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o sétimo produtor nacional. Em número de rebanho, Pernambuco participa com 35,29% do total de cabeças da Região. E a produção de ovos de codornas, em 2012, foi de 6.530 mil dúzias, representando 41,96% da produção do Nordeste (Tabela 2).

A quantidade de codornas cresceu 35,12% e a de ovos cresceu 102,23%, no período de 2000 a 2012 (Tabelas 1 e 2). Os principais fatores que têm contribuído para o crescimento da coturnicultura são a precocidade na produção, maturidade sexual, rápido crescimento das aves, boa conversão alimentar, alta produtividade (em média 300 ovos/ano), necessidade de pequenos espaços para

grandes populações, grande longevidade em alta produção e baixo investimento (ALMEIDA et al., 2013).

Com relação aos principais insumos, pesquisa realizada pelo BNB/ETENE indicou que Pernambuco não é autossuficiente na produção dos grãos básicos utilizados na alimentação das aves: milho e soja. A soja é adquirida de produtores localizados nos cerrados nordestinos, nos estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão. O milho é adquirido dos produtores locais, além de outros estados nordestinos, de Goiás e de Mato Grosso. Eventualmente, ocorrem importações de outros países, especialmente da Argentina. Para amenizar os problemas com a aquisição de milho, a Avipe estabeleceu convênio com o Governo do Estado para realização do Projeto Sorgo Granífero de Pernambuco, que prevê a expansão das áreas cultivadas com sorgo granífero. O sorgo é uma cultura mais adaptada às condições climáticas prevalecentes no Estado, com maior resistência a estiagens e substitui parcialmente o milho na composição da ração alimentar, em até 50%, sem alterar as qualidades básicas da ração e do desempenho das aves. Em 2006, a produção de sorgo em Pernambuco alcançou cerca de 35 mil toneladas, com a comercialização garantida por parte dos avicultores (OLIVEIRA et al., 2008).

5.2 Bovinocultura

A atividade pecuária em Pernambuco desenvolveu-se de formas diferenciadas em suas três grandes zonas naturais: Mata, Agreste e Sertão. Na Zona da Mata, o desenvolvimento ocorre paralelamente ao da cana-de-açúcar e a oferta regular de forrageiras possibilitou maior desenvolvimento, mais precocidade dos animais e a utilização de sistema intensivo de produção. No Agreste, as condições locais são mais propícias à exploração leiteira, com o emprego da palma forrageira como componente da alimentação básica. No Sertão, predomina o sistema de exploração extensiva, requerendo a utilização de tecnologias que proporcionem reservas alimentares estratégicas, para enfrentar longos períodos de estiagem. Os produtores entrevistados pelos técnicos do BNB/ETENE consideram que a criação no Sertão é somente para “gado de hotel”, isto é, em confinamento, pela ausência de recursos alimentares naturais no decorrer do ano. Diante da adversidade para criar

nos meses sem chuvas e em anos secos, a engorda de bovino confinada é uma das soluções encontradas por alguns criadores pernambucanos, para comercialização na entressafra, quando os preços de bovinos são mais elevados (SANTOS et al., 2012).

5.2.1 Bovinocultura leiteira

Quanto ao rebanho leiteiro, no período de 2000 a 2012, a quantidade de vacas ordenhadas de Pernambuco cresceu 34,31% e a produtividade aumentou 55,23%, promovendo crescimento substancial na produção de leite de 108,49%, mesmo com a prolongada estiagem verificada em anos recentes (Tabela 3). Vale ressaltar que a maior parte da produção se encontra nas regiões mais susceptíveis à estiagem, no Agreste e Sertão Pernambucanos. Nessas duas mesorregiões se encontram 75,39% dos estabelecimentos produtores de leite e 81,88% do leite produzido no Estado, conforme dados do IBGE (2006). Ainda segundo dados do Censo Agropecuário 2006, nos estabelecimentos com áreas menores de 50 hectares, que representam 67,27% do total dos estabelecimentos produtores de leite, foram produzidos 54,04% do leite de Pernambuco.

Assim, grande parte da produção de leite é proveniente de pequenos produtores familiares que estão investindo em melhoria da produtividade do rebanho leiteiro, possivelmente incentivados pelos programas institucionais[1] que promovem, simultaneamente, a melhoria da produção e o seu escoamento, fortalecendo a atividade leiteira do Estado.

5.2.2 Bovinocultura de corte

Segundo o Anualpec, em 2013, Pernambuco possuía 1,54 milhão de cabeças de bovinos leiteiros, representando 61,50% do rebanho bovino total do Estado e 966 mil cabeças de bovinos de corte, representando 38,50%. Os bovinos abatidos em Pernambuco no ano de 2014 representaram 10,10% do abate total do Nordeste e a produção de carne, representou 10,31% (ANUALPEC, 2014).

[1] O Projeto Balde Cheio tem contribuído para o aumento da produtividade de leite das vacas dos agricultores familiares e o Programa do Leite garante a compra de grande parte de suas produções.

No estudo realizado pelo BNB/ETENE, observou-se que o rebanho de corte é predominantemente da raça zebu e seus mestiços sem padrão racial definido, mas em alguns criatórios são encontrados animais resultantes de cruzamentos industriais com raças europeias, como a Marchigiana. Os animais destinados ao abate pesam de 18 a 22 arrobas de peso vivo, com 24 meses de idade, com predominância de sangue Nelore e, em menor grau, Guzerá. Os bezerros são comercializados com 6 a 7 arrobas de peso vivo para recriadores, enquanto os garrotes atingem de 12 a 13 arrobas de peso vivo. O rendimento médio de carcaça em Pernambuco é de 50%, sendo que, para novilho Nelore, adota-se rendimento de 55%. Pernambuco é o segundo maior consumidor de carne bovina no Nordeste, com consumo *per capita* de 33,6 quilos ao ano. No balanço da oferta e consumo de carne bovina, em 2009, Pernambuco apresentou déficit de 137,1 mil toneladas. Como seus mercados consumidores não são supridos pelo seu rebanho, Pernambuco importa carne de outros países e também adquire bovinos para recria e engorda provenientes de outros estados, como Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí (SANTOS et al., 2012).

Segundo o estudo, para a agroindústria de carne, a pecuária de corte em Pernambuco tem como pontos fortes: a existência de grande mercado consumidor da carne bovina; condições favoráveis de clima e solo do Agreste para a bovinocultura de corte; existência de vários selecionadores de bovinos de corte; possibilidade de integração lavoura irrigada/bovinocultura no semiárido; possibilidade de engorda bovina confinada mediante a integração cana-de-açúcar e bovinocultura de corte, na Zona da Mata; adequada estruturação da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Adagro) para exercer a vigilância sanitária; Programa de regionalização de matadouros da Adagro; existência de duas empresas de embutidos com demanda insatisfeita, a qual poderia ser atendida pelo Estado. Os pontos fracos são a reduzida quantidade de rebanho bovino para atender à demanda estadual; indisponibilidade de novas áreas para expansão de pastagens; ocorrência de longos períodos de estiagem na maior parte do Estado durante o ano, reduzindo a oferta de forragens; precárias condições sanitárias e ambientais nos matadouros; e carência de mão de obra qualificada nos níveis superior e médio (SANTOS et al., 2012).

O BNB/ETENE avaliou também áreas vocacionadas para recria e engorda de bovinos no Nordeste, a partir do qual identificou os Municípios de Correntes, Agrestina, Água Preta, Brejão, Canhotinho, Lagoa do Carro, Palmeirina, Quipapá e Sairé com potencial para a recria e engorda de bovinos a campo (EVANGELISTA et al., 2010).

5.3 Caprinos e ovinos

No período de 2000 a 2012, o rebanho de caprinos cresceu 27,46% e o de ovinos, 119,44% (Tabela 1). Pernambuco é o segundo produtor nacional e regional de caprinos, com cerca de 1,8 milhão de cabeças. Pernambuco também se destaca como o quarto produtor nacional de ovinos e terceiro produtor regional, com 1,6 milhão de animais.

Em relação aos ovinos, o efetivo cresceu no Nordeste na ordem de 2,16 milhões de animais, enquanto que no Brasil reduziu em 2,63 milhões. Os efetivos também se espalharam pelo Nordeste, também, a exemplo dos caprinos, destaque para o noroeste da Região. Os efetivos aumentaram nos sertões pernambucanos e cearenses, no centro-norte baiano, entre outras microrregiões, enquanto que em microrregiões como aquelas adjacentes ao vale do rio São Francisco houve redução de plantéis. A maior densidade de animais também está associada ao crescimento da produção e da comercialização de ovinos e, em 2010 de caprinos. O aumento da oferta e do consumo aparente na rede de varejo, restaurantes, feiras livres com predominância de carne de ovinos. Em Petrolina (PE), o bodódromo, já tradicional referência em gastronomia de produtos cárneos de caprinos e de ovinos, apesar do nome, a demanda maior é para carne de ovinos. Ainda há relativa rejeição pela carne de caprinos, mas o aroma forte tem decorrência do manejo inadequado.

Os caprinos e os ovinos são animais que se confundem com a paisagem da caatinga, em seu semiárido provém alimento de alto valor nutricional, carne e leite, além de pele de excelente qualidade industrial a baixo custo. Evidentemente que a produção extensiva da maioria das propriedades rurais, fortemente fragmentadas em sua estrutura fundiária, é de baixo rendimento, com modestos indicadores zootécnicos, mas que representam, ratificando o exposto,

de relevante importância econômica e social para a população rural do Nordeste. Não obstante, a produção de animais de elite movimentam milhões de reais em feiras e exposições, mas de forma desorganizada de gestão e de organização, os genótipos do topo da pirâmide expõem padrão racial, não factível, em muitas situações, para atender a base, que são os produtores comerciais, especialmente da agricultura familiar. Neste aspecto, segundo o estudo do BNB/ETENE, uma parcela da carne de ovinos e de caprinos se destina ao consumo de subsistência e a outra parcela é comercializada. O volume da carne comercializada, formalmente no Nordeste (com inspeção federal ou estadual) não chega a 5% (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

Em relação à produção de leite de cabra também tem crescido, principalmente, devido aos incentivos dos programas governamentais. Tem-se o registro de que, em 2006, Pernambuco produziu 2.022 mil litros de leite de cabra (NOGUEIRA FILHO et al., 2010). Mas, a partir das informações do Programa Leite de Todos, houve expressivo aumento da produção, uma vez que a distribuição de leite de cabra para famílias carentes será ampliada para 10 mil litros/dia (PERNAMBUCO, 2015).

Ainda em relação ao cliente institucional, o Estado vizinho a Pernambuco, a Paraíba possui experiência que pode ser replicada com as devidas adaptações, evidentemente. Trata-se do Pacto Novo Cariri[2], que na análise de Costa e Ferreira (2010), objetiva mudar a mentalidade e a atitude do povo do Cariri no sentido de de-

[2] Em palestra no BNB/ETENE, em 2009, Aldomário Rodrigues, coordenador do Programa Leite da Paraíba –Fome Zero, destacou que no lançamento do Pacto Novo Cariri em 2001, no município de Monteiro (PB), estavam presentes cerca de 100 produtores. Antes do término da apresentação, restavam apenas sete, mas estes se inseriram no Programa. Em, 2007, o município produzia mais de 2,5 mil litros de leite/dia. Não havia à época (2001), nenhum litro de leite de cabra, as mini usinas “começaram” com leite de vaca. No Cariri Paraibano, 60% de sua área tem avançado estado de desertificação, com pluviosidade média de 300 mm/ano. A produção ultrapassou a capacidade do município de comprá-la integralmente. Determinado ano, o Governador esteve naquele Município e os gestores do Pacto pediram para que o leite de cabra pudesse participar do Programa Beba Leite, do Governo estadual. Foi autorizada de imediato a compra de três mil litros de leite de cabra/dia, pois o Governador “julgava” que se levariam quinze anos pra atingir aquela meta. Contudo, seis meses depois, já não era mais suficiente. O Programa Fome Zero comprava 120 mil litros de leite, dos quais, cerca de 14 mil litros de leite de cabra.

senvolver a capacidade organizativa impulsionadora da participação política e do espírito empreendedor e cooperativo está sendo ali a batalha travada. Nos locais em que os gestores públicos aderiram ao Pacto, esse movimento já começa a dar os primeiros passos. Um aspecto de destaque entre as dificuldades identificadas é quanto à importância da participação do governo local nas ações.

A produção está aquém da capacidade e da necessidade que o País poderia ofertar e pela elevada demanda insatisfeita, considerando:

a) a importância nutricional do leite de cabra para crianças e idosos (ALVES; XIMENES, 1999);

b) que o Brasil tem cerca de 16 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza;

c) os caprinos são dóceis e de fácil manejo;

d) das condições climáticas favoráveis (2/3 de área tropical);

e) genótipos para as várias regiões, interação genótipo-ambiente positiva;

f) atividades que se confundem com a própria paisagem de ecossistemas, especialmente do semiárido;

g) da dupla aptidão em produzir carne de excelente qualidade, além de outras vantagens.

A pele é a matéria-prima que admite a mais elevada agregação de valor em toda cadeia produtiva. No entanto, a maior parte das peles produzidas é de qualidade inferior, apresentando defeitos de diversas origens provocados por manejo deficiente, doenças e danos mecânicos. Segundo as estatísticas disponíveis, apenas 7% podem ser classificadas como de boa qualidade. Entenda-se que ao longo de décadas, vários curtumes artesanais, a maioria informal, instalaram-se no Nordeste, abastecendo o mercado local para fabricação de produtos diversos, especialmente de calçados e peças de artesanato, informalidade que também se estende a várias atividades da cadeia produtiva, como transporte, comercialização e abate. No diagnóstico feito pelo BNB/ETENE, o abate dos animais é predominantemente informal e realizado por marchantes, a pele é salgada pelo próprio marchante, produtor ou primeiro atraves-

sador. A partir desse ponto, estabelece-se intrincado percurso por meio de uma rede de negociantes de peles em escala crescente de volume transacionado. O marchante vende pequenos volumes (20 a 70 abates semanais) para comerciante de pequeno porte (lotes de até 500 unidades). Estes são repassados para um intermediário (lotes de 2 mil peles), que, por sua vez, repassa para grandes comerciantes (5 mil peles). Houve casos de grandes comerciantes com lotes de até 20 mil peles. Por fim, são estes últimos que fornecem as peles aos curtumes e à central de compras, sendo que a disponibilidade para o transporte das peles é que determina a capacidade de atuação do comerciante. É usual este intermediário também possuir estrutura para estocar maiores quantidades de peles (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

O consumo doméstico de couro em substituição ao material sintético deverá continuar crescendo com a elevação da renda. Isto se reflete na maior utilização de couro por parte de diversas indústrias, como é o caso da indústria automobilística, que reflete o padrão de exigência do cliente e sua opção pelo acabamento em couro. Destaca-se, também, o crescimento da utilização de couro pela indústria moveleira. No setor de calçados, os brasileiros têm demandado produtos de maior valor agregado, ou seja, calçados com couro legítimo, também decorrente do maior poder aquisitivo da população (XIMENES; CUNHA, 2012).

As peles já tiveram preços atraentes. A substituição por produtos sintéticos e a melhor relação benefício-custo da importação (câmbio favorável e melhor qualidade) de peles pela indústria de transformação fizeram despencar os preços das peles no Nordeste. Em Campina Grande (PB), a preferência pelo sintético não ocorre por acaso, o couro como matéria-prima é muito mais caro. A baixa qualidade do couro local obriga o empresário a comprá-lo de outros estados e países, encarecendo ainda mais o produto. Há maior desperdício do couro natural em relação ao sintético, advindo das falhas de cortes e até mesmo de cortes na superfície do material. Paralelamente, a produção do sintético está cada vez mais desenvolvida, fornecendo material de qualidade para a indústria calçadista, que consegue substituir o couro sem grandes perdas de qualidade no produto final e por preço que, na maioria das vezes, corresponde à metade do preço do couro natural. O preço do couro variava entre 40 e 50 R$/m^2, enquanto o sintético

era de 20 a 30 R$/m^2. As perdas existentes no processo de produção que utiliza o couro sintético são mínimas, pois, além de ser vendido em cortes bem definidos, não possui falhas na superfície (FRANÇA et al., 2007).

O Nordeste é predominantemente exportador de matéria-prima e os importadores agregam valor ao produto no processo de acabamento do couro e na produção de manufaturados (calçados, vestuários, artigos para móveis e automóveis). Para Ximenes e Cunha (2012), o papel do Nordeste brasileiro neste contexto é o mesmo de outros países de clima tropical (América do Sul e Ásia), pelas maiores ofertas de matéria-prima e de mão de obra, comparativamente aos países desenvolvidos, que se especializaram na produção de artigos de luxo, como a Itália. A Ásia, apesar de grande produtora de couro, tem se destacado na aquisição de *wet blue* de outros países produtores e em sua transformação em produtos de maior valor agregado a preços mais competitivos. Como exemplo, a China importa do Brasil o couro *wet blue* e o transforma em calçados. Além disso, o Brasil conserva a primeira fase de produção do couro, da pele salgada para o *wet blue*, que é o mais oneroso ao meio ambiente pelo uso do cromo (que imprime no couro a cor azulada e textura molhada), motivo de preocupação mundial e de inúmeros conflitos com órgãos ligados ao meio ambiente e com a sociedade local em relação à indústria. Ao pular esta etapa, a China se exime deste problema, o ônus ambiental fica com o Brasil. Felizmente, nos dois últimos anos, apesar das crises econômicas mundiais e das limitações dentro e fora da porteira do Nordeste brasileiro, o avanço foi significativo para o comércio externo brasileiro de peles e couros. Entre 2010 e 2011, o Nordeste mais que duplicou as vendas e as receitas obtidas no mercado externo.

5.4 Apicultura

Segundo estudo do BNB/ETENE, dentre os produtos da apicultura, o mel é o principal, no Nordeste, por ser de mais fácil exploração, sendo também o mais conhecido e com maiores possibilidades de comercialização. Além de alimento, devido às conhecidas propriedades terapêuticas, o mel é usado na formulação de produtos farmacêuticos e cosméticos. Os demais produtos apícolas são produzidos em menor escala no Nordeste porque a maioria

dos apicultores não possui conhecimento sobre o processo produtivo e sobre o mercado, tendo maior dificuldade de comercialização (KHAN et al., 2012).

Segundo IBGE (2014), Pernambuco é o quinto produtor regional de mel de abelha, com apenas 503 toneladas, mas o Estado chegou a produzir 2.350 toneladas de mel de abelha, em 2011. A partir de 2012, com a seca, a produção caiu bruscamente (Tabela 2).

A microrregião de Araripina foi quem mais sofreu as consequências dessa seca, uma queda de 92,46% em sua produção. Em 2011, era responsável por 74% da produção de Pernambuco, perdendo posição de microrregião mais produtora do Estado. Essa Região possui uma vegetação que se destaca por produzir méis diferenciados com características demandadas pelo mercado, a exemplo do mel do cipó-uva (*Serjania sp.*). Nela, a apicultura é desenvolvida por pequenos agricultores familiares e se tornou a principal atividade econômica para muitos deles.

Como a apicultura não requer mão de obra intensiva durante todo o ano, os apicultores da microrregião de Araripina trabalham nas indústrias do polo gesseiro, para complementar a renda da família. Isso tem provocado um impasse porque dependem da vegetação nativa para o desenvolvimento da atividade apícola e ao mesmo tempo trabalham nas indústrias que demandam grandes quantidades de madeira, competindo com os recursos florestais, pois estão percebendo a necessidade de manutenção da flora nativa para a sustentabilidade da apicultura, na chapada.

Segundo estudo do BNB/ETENE, a apicultura desenvolvida no Nordeste tem caráter eminentemente familiar, pois de cada família que trabalha na apicultura, em média, 2,1 pessoas estão envolvidas com a atividade e a maioria dos apicultores possui menos de 100 colmeias. Por ser uma atividade praticada predominantemente por pequenos produtores, tem se configurado numa alternativa para diversificação da fonte de renda nas pequenas propriedades rurais (KHAN et al., 2012).

O mercado interno para produtos apícolas é vasto, no entanto, o consumo *per capita* de mel no Brasil é baixo, em torno de 128 gramas por habitante/ano. As maiores dificuldades relacionadas à co-

mercialização no mercado interno estão associadas à visão de que o mel é um produto terapêutico em detrimento do seu valor como alimento e ao elevado preço pago pelo consumidor, quando comparado à remuneração obtida pelo produtor (KHAN et al., 2012).

5.5 Considerações finais

O desenvolvimento da avicultura em Pernambuco, como no restante do Nordeste, está condicionado, sobretudo, à questão da oferta de grãos para formulação das rações. A limitação da produção local de grãos provoca a necessidade de transportá-los de longas distâncias a custos que oneram a atividade. Conforme estudos da Avipe, toda a soja utilizada na alimentação das aves é trazida do oeste da Bahia e do sul do Piauí, por transporte rodoviário, com distâncias que variam de 1.300 a 1.700 km. Em outras áreas produtoras nacionais, as médias dessas distâncias situam-se entre 555 e 756 km. Nesse panorama se insere o projeto da Ferrovia Transnordestina, que na sua variante pernambucana se estende do extremo oeste do Estado até o porto de Suape, cuja implantação contribuirá substancialmente na redução dos custos de produção da atividade.

A bovinocultura de corte, em Pernambuco, possui um mercado favorável, pois além de grande consumidor de carne bovina, o Estado ainda importa carne de outros países. A pecuária leiteira encontra-se dinâmica, com crescimento em todos os seus parâmetros ao longo do período estudado, de 2000 a 2012. Observou-se também que mais da metade do leite foi produzido em pequenos estabelecimentos, revelando a importância dos programas institucionais, no Estado, e que está havendo resposta positiva aos incentivos. A maior parte da produção leiteira se encontra em regiões mais susceptíveis à estiagem, quando na falta ou escassez dos produtos agrícolas, o produtor pode ter uma renda e suas necessidades supridas com a venda do leite ou do queijo, mantendo-se no campo. Apenas a Mata e o Agreste têm condição de produzir gado de corte. A maior vocação do Estado é para a pecuária leiteira. A criação de animais de corte no Sertão convive com a falta de alimento, tornando a bovinocultura de corte inviável para a maioria das propriedades rurais.

O Estado é um grande produtor de caprinos e ovinos, cuja demanda pela carne tem crescido, nos últimos anos, mas ainda apre-

senta um baixo consumo *per capita* no Brasil. Uma parcela da carne se destina ao consumo de subsistência e a outra parcela é comercializada, sendo uma importante fonte de sustento das famílias. A produção de leite de cabra também tem crescido, principalmente, devido aos incentivos dos programas governamentais. A pele é a matéria-prima que admite a mais elevada agregação de valor em toda a cadeia produtiva, mas poucos produtores, no Nordeste, despertaram para a importância do manejo adequado dos ovinos e caprinos para que sejam produzidas peles de boa qualidade.

A apicultura também é uma atividade de grande potencial para o Estado e deve ser incentivada, principalmente na região do Polo Gesseiro, cuja vegetação já está comprometida e em que os apicultores estão se conscientizando da necessidade de preservação da vegetação nativa para o desenvolvimento de sua atividade.

Todas as atividades têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de novas tecnologias, da cooperação de instituições técnicas e de fomento e dos incentivos de programas institucionais.

Tabela 1 – Principais rebanhos em Pernambuco - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Mil cabeças		Variação (%)	Média (mil cabeças)	Proporção média (%)
	2000	2012			
Galos, frangas, frangos e pintos	16.701	19.344	15,83	19.008	56,46
Galinhas	7.737	10.217	32,05	8.688	25,81
Bovino	1.516	1.896	25,07	1.993	5,92
Caprino	1.405	1.791	27,47	1.621	4,81
Ovino	753	1.653	119,52	1.213	3,60
Codornas	339	458	35,10	448	1,33
Suíno	374	402	7,49	427	1,27
Outros	292	247	-15,41	270	0,80

Fonte: IBGE (2014).

Tabela 2 – Produção de origem animal - 2002 a 2012

Tipo de produto	Ano		Variação (%)
	2002	2012	
Pernambuco			
Leite (Mil litros)	388.057	609.056	56,95
Ovos de galinha (Mil dúzias)	127.802	169.088	32,30
Ovos de codorna (Mil dúzias)	4.108	6.530	58,96
Mel de abelha (Quilogramas)	575.016	635.513	10,52
Pernambuco/Nordeste			
Leite (Mil litros)	16,42	17,40	5,92
Ovos de galinha (Mil dúzias)	29,30	32,11	9,59
Ovos de codorna (Mil dúzias)	37,83	41,96	10,91
Mel de abelha (Quilogramas)	10,34	8,25	-20,20

Fonte: IBGE (2014).

Tabela 3 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

Região/Estado	Vacas ordenhadas (cabeças)		
	Ano		Variação (%)
	2002	2012	
Nordeste	3.567.511	4.493.504	25,96
Pernambuco	378.122	431.429	14,10
Pernambuco/Nordeste	10,60	9,60	-9,43
Produção de leite (mil litros)			
Nordeste	2.362.973	3.501.316	48,17
Pernambuco	388.057	609.056	56,95
Pernambuco/Nordeste	16,42	17,40	5,92
Produtividade (litros/vaca-ano)			
Nordeste	662,36	779,20	17,64
Pernambuco	1.026	1.412	37,56

Fonte: IBGE (2014).

Referências

ALMEIDA, T. J. de O. et al. Evolução da produção de codornas para abate e postura no Brasil. In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 13., 2013, Recife. **Anais...** Garanhuns: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

ALVES, F. S. F.; XIMENES, L. J. F. Valores químicos do leite de cabra e sua importância para nutrição humana. **Revista Científica Rural**, Bagé, v. 4, n.2, p. 188-193, 1999.

EVANGELISTA, F. R. et al. **Identificação de áreas vocacionadas para recria/engorda de bovinos no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 15 p. (Informe Rural ETENE, ano 4, n. 4).

FRANÇA, P. X. N.; LEITE, V. D.; PRASAD, S. Análise dos impactos socioambientais das micro e pequenas indústrias de calçados instaladas na cidade de Campina Grande. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 432-445, 2007.

INFORMA ECONOMICS FNP. **Anualpec 2014**: anuário da pecuária brasileira. 21 ed. São Paulo, 2014. 314 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**. Aquisição domiciliar *per capita*. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2004. 251p.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**. Aquisição domiciliar *per capita*. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2010. 282p.

_____. **Produção pecuária municipal.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246p. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

NOGUEIRA FILHO, A.; FIGUEIREDO JÚNIOR, C. A.; YAMAMOTO, A. **Mercado de carne, leite e pele de caprinos e**

ovinos no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 125 p. (Série Documentos do ETENE, n. 27).

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. **Programa Leite de Todos**. Recife, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.pe.gov.br/interna.php?p=programas&s=leite_de_todos>. Acesso em: 16 jan. 2015.

SANTOS, J. A. et al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450 p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

XIMENES, L. J. F.; CUNHA, A. M. **Setor de peles e de couros de caprinos e de ovinos no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 22p. (Informe Rural ETENE, ano 6, n. 1). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano6_n1.pdf/5d0b4811-9fdb-4136-9a6a-3a344c0d3079. Acesso em: 2 fev. 2015.

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra
Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção.

A indústria constitui elemento-chave para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto[1] (VAB), divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE publica o VAB por Estado apenas ao nível de seção. Visando à análise mais desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixo conteúdo tecnológico. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica. Esse perfil ocorre também em Pernambuco embora transformações estruturais estejam em curso, conforme previsto no presente texto.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial em Pernambuco, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extrativas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos serviços industriais de utilidade pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

6.1 Perfil da indústria de Pernambuco

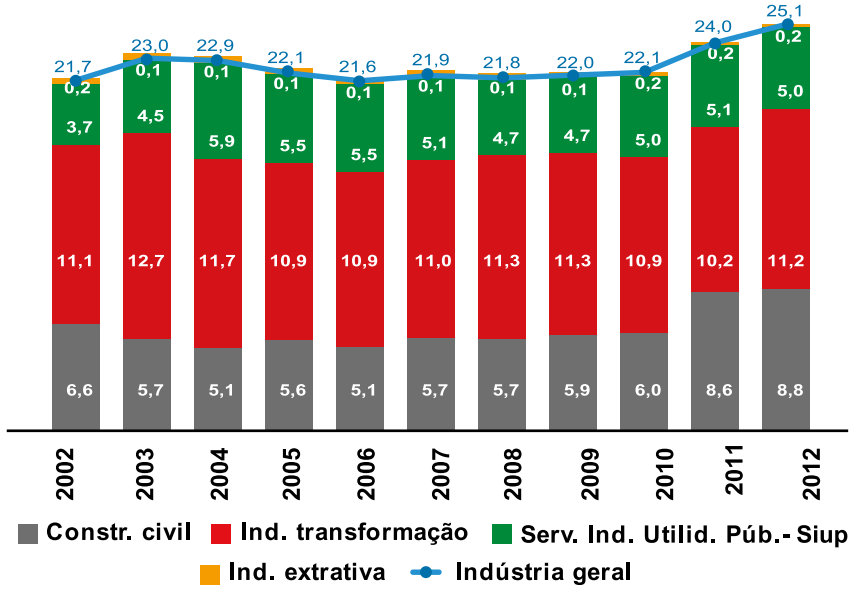
A participação da indústria na economia pernambucana, correspondente a 25,1% do VAB estadual em 2012, se compara ao indicador brasileiro, que foi de 26,0% e é superior à do Nordeste, de 23,5% no mesmo ano. No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no VAB das atividades econômicas de Pernambuco oscilou entre 21,6% (em 2006) e 25,1% (em 2012), configurando tendência de alta consistente a partir de 2008 (Gráfico 1). No ano de 2012, a indústria pernambucana adicionou

[1] Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o Valor Bruto da Produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014a).

à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R$ 26,4 bilhões, destacando-se principalmente o subsetor da indústria de transformação, que contribuiu com R$ 11,7 bilhões, cifra correspondente a 11,2% do VAB total das atividades econômicas.

O setor industrial pernambucano é formado, em sua maior parte, pelas atividades das indústrias de transformação e da construção, tendo por base o Valor Adicionado Bruto. O subsetor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) é também expressivo no Estado, embora em menor proporção comparativamente à indústria da construção e à indústria de transformação. Consoante com o que se observa para a maioria dos Estados brasileiros, as indústrias extrativas são pouco representativas na composição estrutural da indústria de Pernambuco, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em%



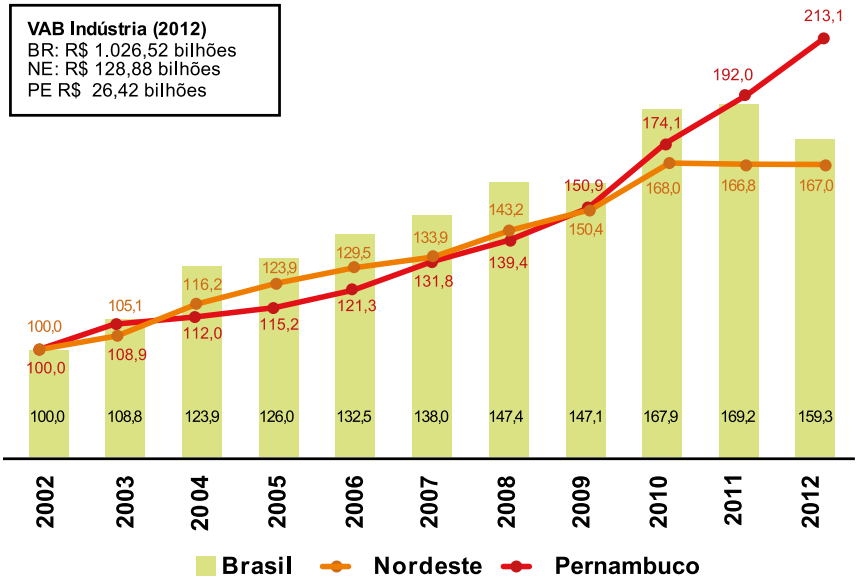
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A indústria de Pernambuco obteve crescimento real de 113,1% entre 2002 e 2012. Nesse mesmo período, a indústria nordestina cresceu 67,0% e a brasileira 59,3%, considerando o Valor Adiciona-

do Bruto a preços constantes. O desempenho da indústria pernambucana foi, portanto, superior ao da indústria da Região e do País, no referido período (Gráfico 2).

Pernambuco participa de forma expressiva na indústria nordestina, perdendo apenas para a Bahia. De fato, a participação de Pernambuco no VAB da indústria regional foi 20,5% em 2012, ano em que esse indicador no Estado somou R$ 26,4 bilhões, conforme já informado, contra R$ 128,9 bilhões da Região.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Concernente ao emprego, a atividade industrial em Pernambuco é concentrada na Região Metropolitana de Recife (RMR). De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), existiam no Estado, ao final de 2013, 14.389 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 406.637 empregos formais na indústria pernambucana, dos quais mais da metade situados em apenas quatro municípios pertencentes à RMR, principalmente na Capital e em Ipojuca (Figura 1). Fora da RMR,

destaca-se Caruaru, com 10,4% dos estabelecimentos e 5,0% dos empregos industriais formais.

Figura 1 – Perfil da indústria de Pernambuco - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral				
Valor Adicionado Bruto (VAB)	R$ milhões		26.415,59	100,0%
	Part. Ind. NE		20,5%	-
Estabelecimentos	Total:		14.389	100,0%
	Recife	28,7%	Caruaru	10,4%
Empregos	Total:		406.637	100,0%
	Recife	30,2%	Ipojuca	10,8%

Subsetores da indústria	Extrativa		Transformação		Siup		Construção	
VAB (R$ milhões):	158,24	(0,6%)	11.728,37	(44,4%)	5.293,94	(20,0%)	9.235,03	(35,0%)
Estabelecimentos:	158	(1,1%)	9.396	(65,3%)	334	2,3%)	4.501	(31,3%)
Empregos:	2.837	(0,7%)	226.886	(55,8%)	20.383	(5,0%)	156.531	(38,5%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da Indústria de transformação	Em VAB				Em número de empregos		
	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos químicos	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos		Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
R$ milhões	1.985,6	1.555,9	1.254,1	Qde Postos	73.270	23.417	21.500
% Ind. Transf.	16,9%	13,3%	10,7%	% Ind. Transf.	32,3%	10,3%	9,5%

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

(1) VAB: dados de 2012, a preços de dez./2013; Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;

(2) dados percentuais dos subsetores são relativos à indústria geral;

(3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da indústria de transformação.

Analisando-se o porte das indústrias, observa-se que as micro e pequenas empresas, com até 99 empregados, representam 96,1% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, correspondem a apenas 3,9% do total. Apesar disto, os empreendimentos de grande porte (500 ou mais empregados) concentram 40,2% da mão de obra formal, enquanto as microempresas ocupam aproximadamente 15% da força de trabalho regularizada (Tabela 1).

Cabe mencionar a política de incentivos fiscais de Pernambuco para atração de investimentos industriais, por meio do Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (Prodepe) e de outras iniciativas.

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria de Pernambuco, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

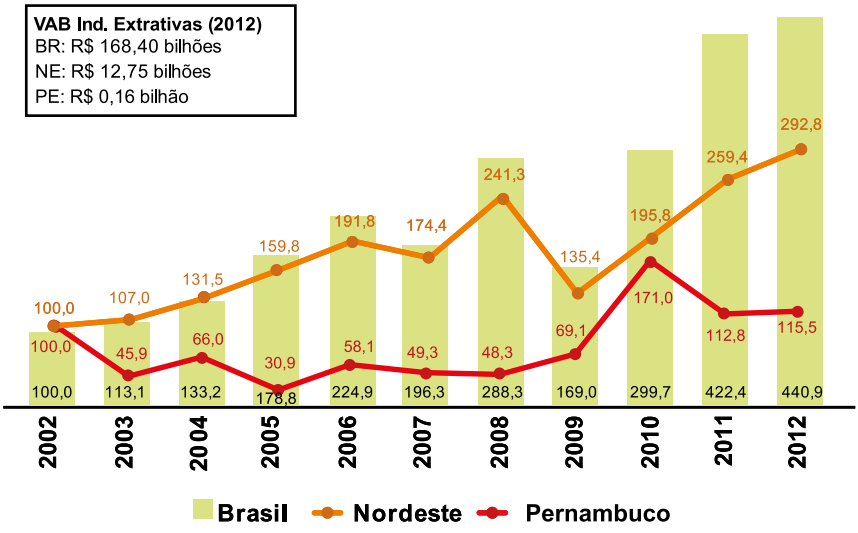
Estab/vínc.	Porte estab.	Setores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias extra-tivas	Indústrias de trans-formação	Siup	Construção		
Número de esta-belecimentos	De 1 a 19	111	7.855	270	3.408	11.644	80,9
	De 20 a 99	43	1.271	42	836	2.192	15,2
	De 100 a 499	4	219	14	221	458	3,2
	500 ou mais	-	51	8	36	95	0,7
	Total	158	9.396	334	4.501	14.389	100,0
	Part.(%)	1,1	65,3	2,3	31,3	100,0	-
Número de vín-culos	De 1 a 19	765	40.387	1.360	18.178	60.690	14,9
	De 20 a 99	1.627	51.116	1.843	35.797	90.383	22,2
	De 100 a 499	445	44.316	2.578	44.578	91.917	22,6
	500 ou mais	-	91.067	14.602	57.978	163.647	40,2
	Total	2.837	226.886	20.383	156.531	406.637	100,0
	Part.(%)	0,7	55,8	5,0	38,5	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.2 Indústrias extrativas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extrativas de Pernambuco são pouco expressivas, no entanto, cresceram 15,5% entre 2002 a 2012, evoluindo de R$ 137 milhões para R$ 158 milhões, a preços constantes de dezembro de 2013. Cabe informar que em vários anos desse período, o crescimento acumulado ficou abaixo do verificado em 2002. Além disso, o desempenho da indústria extrativa de Pernambuco foi significativamente inferior ao de suas congêneres regional e nacional, que cresceram 192,8% e 340,9%, respectivamente, entre 2002 e 2012 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extrativas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./ 2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extrativa de Pernambuco reunia 158 empreendimentos e 2.837 empregos formais (Tabela 2). Dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais não-metálicos, com 133 dos estabelecimentos (84% do total) e 2.505 dos empregos formais (88% do total). A atividade de extração de minerais não-metálicos é mais expressiva no município de Jaboatão dos Guararapes (338 empregos formais), seguido de

Araripina (247 empregos formais), onde é forte a atividade de extração de gipsita, bem mineral com o qual se fabrica o gesso.

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM (2010), o valor da produção mineral comercializada em Pernambuco, em 2009[2], correspondeu a R$ 363,1 milhões, destacando-se as seguintes atividades: rochas (britadas) e cascalho (R$ 135,2 milhões), água mineral (R$ 70,9 milhões) e gipsita (R$ 49,8 milhões) – dados em valores correntes. Com base nessas informações, depreendem-se duas das principais atividades minerais de Pernambuco estão relacionadas com o suprimento de insumos para a construção civil. No que concerne à comercialização de minerais metálicos, cabe registrar a produção de 27 mil t de titânio (ilmenita) em 2009, que gerou vendas no valor de R$ 4,8 milhões.

[2] Dados mais recentes indisponíveis

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatícios na indústria extrativa mineral - Principais municípios - 2013

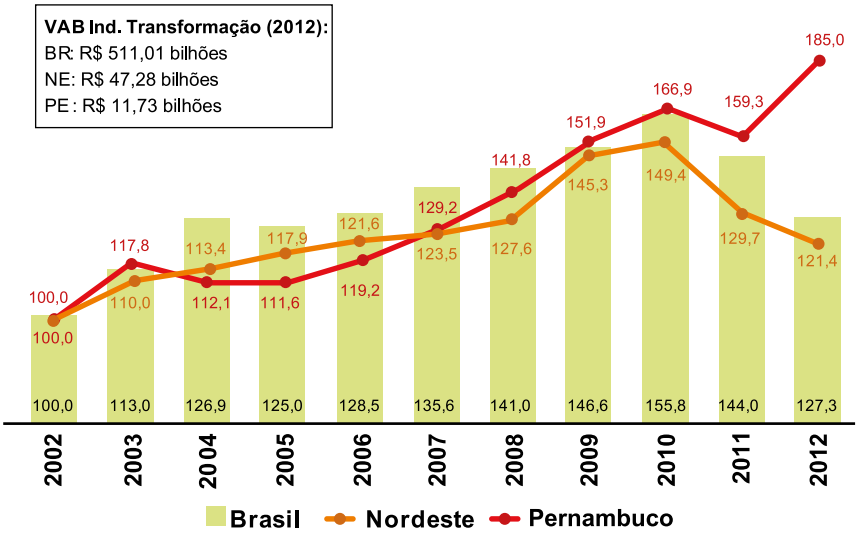
Município	Número de estabelecimentos				Número de vínculos				
	Extração de minerais não-metálicos	Atividades de apoio à extração de minerais	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não metálicos	Atividades de apoio à extração de minerais	Outros segmentos	Total	Part. total vínculos (%)
Recife	11	2	3	16	232	94	56	382	13,5
Jaboatão dos Guararapes	7	3	0	10	338	16	0	354	12,5
Araripina	16	1	2	19	327	8	7	342	12,1
Ipubi	13	0	0	13	247	0	0	247	8,7
Vitória de Santo Antão	3	1	2	6	152	1	53	206	7,3
Ouricuri	6	0	0	6	151	0	0	151	5,3
Paulista	2	0	0	2	112	0	0	112	3,9
Carnaíba	1	0	0	1	87	0	0	87	3,1
Moreno	3	1	0	4	67	20	0	87	3,1
Vertente do Lério	2	0	1	3	45	0	28	73	2,6
Outros	69	6	3	78	747	33	16	796	28,1
Total	133	14	11	158	2.505	172	160	2.837	100,0
Part. Total (%)	84,2	8,9	7,0	100,0	88,3	6,1	5,6	100,0	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação de Pernambuco obtiveram crescimento real de 85,0% entre 2002 e 2012, aumentando o valor adicionado de R$ 6,3 bilhões para R$ 11,7 bilhões, a preços constantes de dezembro de 2013. O desempenho do Estado no subsetor das indústrias de transformação superou o do Brasil (27,3%) e o do Nordeste (21,4%) entre 2002 e 2012, demonstrando maior dinamismo no período (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), constata-se que os segmentos de fabricação de produtos alimentícios (16,9%), fabricação de produtos químicos (13,3%) e fabricação de produtos de minerais não-metálicos (10,7%) são os mais expressivos da indústria de transformação em Pernambuco, considerando o Valor Adicionado Bruto. Essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por cerca de 40% do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação em Pernambuco (Figura 1).

No que se refere aos empregos disponibilizados, constata-se que, dos 226.886 vínculos empregatícios existentes na indústria de transformação de Pernambuco ao final de 2013, os três principais segmentos, sob a ótica setorial, são: fabricação de produtos alimentícios (32,3%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (10,3%) e fabricação de produtos de minerais não metálicos (9,5%). Em conjunto, essas três atividades representam cerca da metade dos empregos formais da indústria de transformação em Pernambuco (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, os municípios mais expressivos em disponibilização de empregos na indústria de transformação são: Recife, que reúne 13,9% dos vínculos empregatícios, Ipojuca (8,3%), Jaboatão dos Guararapes (7,7%) e Cabo de Santo Agostinho (6,1%), todos pertencentes à Região Metropolitana de Recife.

No segmento de fabricação de produtos alimentícios, sobressaem-se, em termos do número de empregos formais, as atividades de fabricação e refino de açúcar (41.666 empregos) e abate e fabricação de produtos de carne (4.367 empregos). Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios concentram 15.762 empregos formais, conforme os dados da RAIS de dezembro de 2013.

Também merecem destaque a fabricação de produtos cerâmicos (9.936 postos) e a fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (6.125 postos), ambas pertencentes ao segmento de fabricação de produtos de minerais não-metálicos.

A indústria de Pernambuco está diversificando seu portfólio. Diversos segmentos da indústria de transformação, até recentemente inexistentes no Estado, iniciaram suas operações nos últimos anos ou estão em fase de implantação. A Figura 2 sintetiza os principais investimentos relativos à indústria de transformação em curso no Estado.

Figura 2 – Principais polos industriais nascentes em Pernambuco

NOVOS PÓLOS INDUSTRIAIS EM PERNAMBUCO

Indústria Automotiva

- Investimentos previstos de R$ 5,7 bilhões da Fiat para implantação de montadora de automóveis, fábrica de motores, centro de pesquisa e desenvolvimento e campo de provas, no município de Goiana.
- Fábrica de motos. Investimento da ordem de R$ 120 milhões da empresa chinesa Shineray.

Geração Eólica

- Impsa - produção de turbinas eólicas. Investimento de R$ 60 milhões.
- Eólice/LM Wind Power - produção de pás. Investimento de R$ 100 milhões.
- Gestamp - Produção de torres. Investimento de R$ 120 milhões.
- Iraeta - Produção de flanges - Investimento de R$ 71 milhões.

Indústria Petroquímica

- Refinaria Abreu e Lima. Produção de derivados de petróleo. Investimentos de US$ 14,5 bilhões.
- Petroquímica Suape, com três unidades industriais integradas para produção de ácido tereftálico (PTA), polímeros e filamentos de poliéster (POY) e embalagem (PET). Investimentos de US$ 2,2 bilhões.
- Fábrica de resina PET da italiana Mossi & Ghisolfi (M&G)

ZPE Suape

- Com área de 192 ha, está prevista a implantação de diversas empresas, como Petroquímica Suape, CSS, ArcelorMittal, Lafarge, Companhia Brasileira de Vidros Planos, Gerdau, Nobile, Netafim, dentre outras.
- As empresas instaladas na ZPE terão isenção de Imposto de Importação, IPI, AFRMM, PIS/Cofins, PIS/Cofins Importação, ICMS, redução de 75% do IR sobre os lucros por 10 anos, dentre outros incentivos.

Indústria Naval

- Estaleiro Atlântico Sul. Produção de navios cargueiros de até 500 mil toneladas de porte bruto (TPB)), plataformas offshore, etc. Investimentos de US$ 1,8 bilhão.
- Estaleiro Vard Promar. Produção de embarcações do tipo offshore para exploração e produção de petróleo e gás, e também navios de pesca, guarda-costa e quebra-gelos. Investimentos de US$ 150 milhões.
- Estaleiro CMO. Construção e integração de módulos a plataformas, fabricação de jaquetas, monoboias, módulos de acomodação, etc. Investimentos de US$ 360 milhões.
- Estaleiro Galíctio. Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes. Investimentos de US$ 440 milhões.
- Estaleiro Navalmare. Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. Investimento previsto de US$ 250 milhões.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da RENAI, Brasil (2015).

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

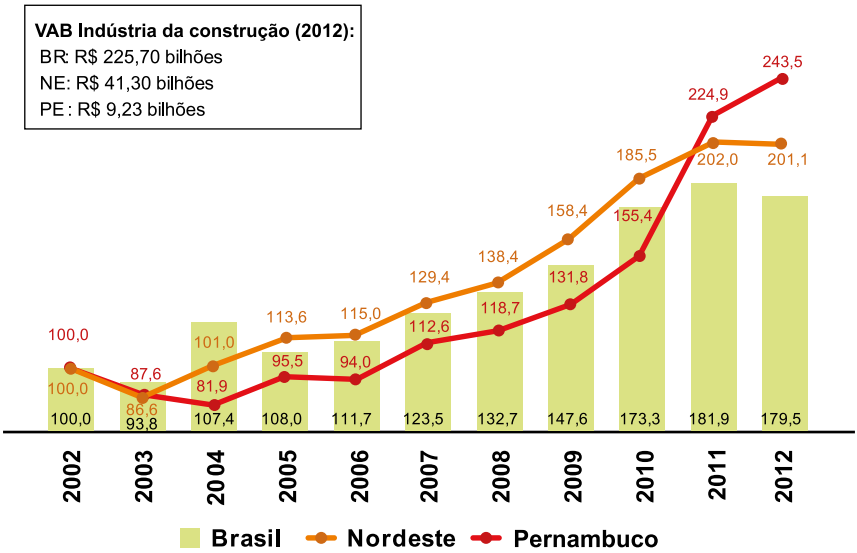
Município	Fabricação de produtos alimentícios	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de bebidas	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Outras atividades	Total (qde)	Total (%)
Recife	6.220	3.589	2.785	1.751	189	2.491	14.408	31.433	13,9
Ipojuca	3.925	22	275	1	10.684	544	3.403	18.854	8,3
Jaboatão dos Guararapes	3.599	530	611	1.792	88	831	9.990	17.441	7,7
Cabo de Santo Agostinho	3.189	6	2.009	1.555	1	1.460	5.717	13.937	6,1
Caruaru	1.759	6.071	1.498	143	0	285	3.384	13.140	5,8
Igarassu	5.626	16	547	382	0	680	3.941	11.192	4,9
Vitória de Santo Antão	2.893	236	579	330	0	7	4.932	8.977	4,0
Paulista	1.057	577	200	65	177	336	4.673	7.085	3,1
Goiana	4.774	55	748	0	0	154	995	6.726	3,0
Sirinhaém	5.321	0	0	0	0	302	26	5.649	2,5
Outros Municípios	34.907	12.315	12.248	6.151	64	2.825	23.942	92.452	40,7
Total	73.270	23.417	21.500	12.170	11.203	9.915	75.411	226.886	100,0
Total (%)	32,3	10,3	9,5	5,4	4,9	4,4	33,2	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

Considerando o Valor Adicionado Bruto, a indústria da construção de Pernambuco obteve crescimento real de 143,5% entre 2002 e 2012, superando o desempenho de suas congêneres do Brasil e do Nordeste, que cresceram, respectivamente, 79,5% e 101,3%. Cabe ressaltar, no entanto, que até 2010, o crescimento acumulado do País e da Região foram superiores, conforme o Gráfico 5. Em 2012, o VAB da indústria construção do Estado foi de R$ 9,2 bilhões, cifra que representa 22,0% do VAB da indústria da construção do Nordeste (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 156.531 empregos formais existentes na indústria da construção em Pernambuco ao final de 2013, conforme mostrado na Figura 1, a construção de edifícios (58.467 empregos) concentrava 37,4%, principalmente na capital.

Em todo o País e em Pernambuco, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em

função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implementação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital pernambucana e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista local e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional de Pernambuco de 11,9%, correspondente a cerca de 300 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), conclui-se que ainda há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

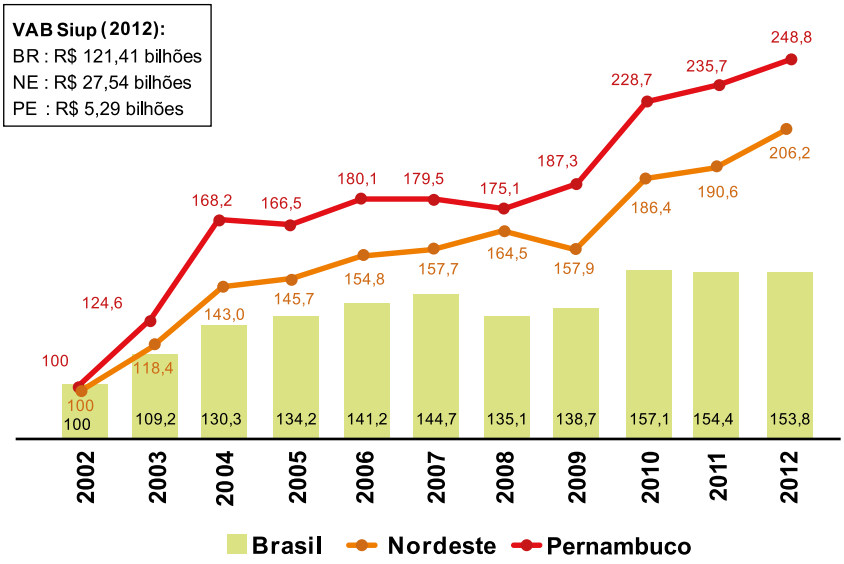
Ante a carência histórica em Pernambuco da disponibilidade de alguns serviços básicos de infraestrutura domiciliar (principalmente água e esgoto[3]), assim como na maioria dos estados nordestinos, é importante a realização de investimentos no Estado em patamar superior à média da Região e do País. Desta forma, poder-se-á diminuir, ao longo do tempo, as disparidades existentes entre Pernambuco e as Unidades da Federação melhor aquinhoadas no que concerne à oferta de serviços básicos de infraestrutura domiciliar.

Entre 2002 e 2012, o Valor Adicionado Bruto dos Siup em Pernambuco cresceu 148,8%, passando de R$ 2,1 bilhões para R$ 5,3 bilhões, enquanto duplicou no Nordeste (106,2%) e aumentou pouco mais de 50% no Brasil (Gráfico 6). Espera-se que este ritmo de crescimento se mantenha no futuro face as ainda elevadas ca-

[3] Em 2013, metade dos domicílios de Pernambuco não eram ligados à rede de esgoto (IBGE, 2014c) e aproximadamente 20% das residências não eram abastecidas pela rede de água com existência de canalização em pelo menos um cômodo (IBGE, 2014b).

rências de Serviços Industriais de Utilidade Pública no Estado de Pernambuco (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Pernambuco - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./ 2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

Em Pernambuco, a indústria tem uma participação na economia similar à brasileira, tendo representado 25,1% do VAB do Estado em 2012, ano em que alcançou o montante de R$ 26,4 bilhões, a preços de dezembro de 2013. A título de comparação, esse indicador correspondeu, para o ano de 2012, a 26,0% no Brasil e a 23,5% no Nordeste.

A indústria de Pernambuco contribui com 20,5% do VAB da indústria do Nordeste, tendo a participação do Estado nesse indicador apresentado tendência consistente de crescimento a partir de 2008.

Grande parte da indústria de Pernambuco concentra-se na Região Metropolitana de Recife (RMR), principalmente na Capital,

que detém 30,2% dos empregos e 28,7% dos estabelecimentos industriais. Fora da RMR destaca-se, embora com menor expressão, o município de Caruaru, principalmente no segmento de fabricação de artigos do vestuário e acessórios.

Do ponto de vista setorial, a indústria geral de Pernambuco apresentou desempenho superior ao de suas congêneres brasileira e nordestina, tendo crescido 113,1% entre 2002 e 2012. Comportamento no Estado mais favorável do que o registrado no País e na Região ocorreram também nos segmentos das indústrias de transformação, da construção e dos Siup. Dos subsetores da indústria, o segmento de transformação se sobressai no que se refere ao VAB, com preponderância das atividades de fabricação de produtos alimentícios, de fabricação de produtos químicos e de fabricação de produtos de minerais não-metálicos. Essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por cerca de 40% do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação no Estado.

Espera-se para o futuro a manutenção do desempenho favorável da indústria pernambucana ante a brasileira e a nordestina, face ainda haver no Estado grande déficit habitacional e elevadas carências de serviços básicos de infraestrutura domiciliar. Estas, aliadas às ações de atração de investimentos e de outras que visem à melhoria do bem-estar da população pernambucana, constituem oportunidades importantes para a expansão das atividades industriais no Estado.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS.** Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____.Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Tabela 1955 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e abastecimento de água. In: **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, 2013.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1955>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. Tabela 1956 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e esgotamento sanitário. In: **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, 2013.** Rio de Janeiro, 2014c. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1956>. Acesso em: 02 dez. 2014.